

Beatriz Gouveia Toste

**Inventário de colecções arqueológicas: relatório de  
estágio no Centro de Estudos Arqueológicos de Vila  
Franca de Xira (CEAX)**

Mestrado em Arqueologia

Março de 2019

## **Agradecimentos**

O tema escolhido para este relatório de estágio, sobre o qual me debrucei ao longo deste último ano, interessou-me desde o meu primeiro contacto com a arqueologia em contexto autárquico, ainda durante a licenciatura. Desde o início do estágio, foram vários os contributos de pessoas e entidades que importa aqui reconhecer e agradecer.

Desde logo ao Prof. Dr. André Teixeira, orientador deste relatório de estágio, pela forma exigente e crítica com que sempre me guiou.

Ao Dr. João Pimenta, coorientador do estágio, e ao Dr. Henrique Mendes, por me terem aceitado e recebido de forma tão calorosa. Terei sempre presente os seus interesses no tema, as discussões tidas e os importantes conselhos revelados com tanta sabedoria.

À Dr.<sup>a</sup> Inês Conde, pela orientação na parte científica do desenho arqueológico, pelos conselhos diários e por ter ficado a meu lado durante grande parte do estágio, tornando-se uma grande amiga.

À Dr.<sup>a</sup> Ana Isabel, do Museu Nacional de Arqueologia, ao Dr. António Marques e ao Prof. Dr. Rodrigo Banha, ambos do Centro de Arqueologia de Lisboa, pelas visitas guiadas às respectivas reservas arqueológicas.

À Dr.<sup>a</sup> Anabela Ferreira, do Núcleo Museológico de Alverca, à Dr.<sup>a</sup> Paula Monteiro, do Museu do Neo-Realismo, e à Dr.<sup>a</sup> Amélia Gonçalves, do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, pelas visitas dirigidas às reservas. Ao Dr. António Matias, da Câmara Municipal de Santarém, por me ter recebido e pela visita à respectiva reserva arqueológica.

Às amigas Musa, Jessica e Rute, que conhecendo bem a realidade de um trabalho académico deste tipo, me apoiaram, ouviram e compreenderam.

À Joana, por toda a paciência e estímulo na conclusão desta etapa académica, que espero que repita em igual dose.

À minha mãe, à minha avó e ao Chico, porque sem eles todo o meu percurso académico não teria sido sonhado e realizado.

## **Resumo**

O presente relatório reporta ao estágio realizado no Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX). Neste relatório descrevem-se as actividades realizadas, procurando uma abordagem e uma reflexão sobre o que é uma reserva arqueológica e a sua importância num museu com colecções arqueológicas. O presente texto procura discutir conteúdos para a gestão e organização de reservas em contexto museológico, explorando formas organizativas e as suas metodologias de gestão.

Este estágio integra-se no trabalho de gestão de colecções arqueológicas do Museu Municipal de Vila Franca de Xira (MMVFX). Deste modo, para além da criação de um modelo de base de dados, procedeu-se a um inventário das colecções de arqueologia, resultantes de trabalhos de escavação arqueológica, prospecção ou achados fortuitos na região e que estão depositadas no CEAX.

**Palavras-chave:** materiais arqueológicos, inventário, museus, Baixo Tejo

## **Abstract**

This report reports to the internship held at the Center for Archaeological Studies of Vila Franca de Xira (CEAX). Where he describes the activities carried out, looking for an approach and a reflection on what is an archaeological reserve and its importance in a museum with archeology collections. It includes relevant knowledge contents for the management and organization of reserves in the context of museology, exploring organizational forms and their methodologies for managing collections that are outside the exhibition context.

This stage integrates preventive conservation of the archaeological collections of the Municipal Museum of Vila Franca de Xira. In this way, a database model was created and the inventory of archaeological collections that were the object of archaeological intervention, exploration or fortuitous finds in the region and that are deposited in CEAX.

**Keywords:** archaeological materials, inventory, museums, Baixo Tejo

## Índice

Introdução	6
1. O município de Vila Franca de Xira (VFX)	10
1.1. O território	10
1.2. A investigação e o património arqueológico de VFX	11
1.3. Centro de Estudo Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX)	14
1.4. Museu autárquicos com colecções arqueológicas	15
2. Tarefas Realizadas	19
2.1. Base de dados	19
2.2. A gestão do acervo arqueológico	22
2.3. Inventário	28
2.3.1. Inventário das colecções do Monte dos Castelinhos e da Quinta da Marquesa I e II	30
2.3.2. Inventário das colecções osteológicas	31
2.3.3. Inventário das colecções do centro de Vila Franca de Xira	32
2.3.4. Inventário das colecções do município de Vila Franca de Xira	32
3. Outras tarefas	35
3.1. Lavagem e acondicionamento de material	35
3.2. Desenho arqueológico e registo fotográfico	36
3.3. Visitas de campo	36
3.4. Visitas a reservas arqueológicas	37
3.5. Escavação no sítio do Monte dos Castelinhos	38
3.6. Documentos finais	38
Conclusão	40
Bibliografia	42
Anexos	46

## **Introdução**

O presente relatório refere-se ao estágio realizado no Centro de Estudos de Vila Franca de Xira, que constituiu a componente não-lectiva seleccionada para a conclusão do ciclo de Mestrado em Arqueologia, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O referido estágio foi realizado ao abrigo do protocolo entre a NOVA FCSH e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a orientação científica do Professor Dr. ° André Teixeira e dos arqueólogos da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Dr. ° João Pimenta e Dr. ° Henrique Mendes.

A sua realização partiu primordialmente da necessidade sentida de consolidar a capacidade em aplicar de forma segura e coerente os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da vertente lectiva do curso, para a aplicação prática próxima dos conteúdos trabalhados profissionalmente.

Ao apresentar o pretendido na realização de estágio, os arqueólogos responsáveis da CMVFX proporcionaram, dentro das suas possibilidades e actividades em curso, um trabalho contínuo e bastante diversificado, abrangendo praticamente todas as actividades que constituem a prática arqueológica no âmbito autárquico. Foram desempenhadas tarefas organizativas e metodológicas de gestão de acervos que se encontram fora do contexto expositivo, planeamento e programação de reservas arqueológicas, a criação de uma base de dados para a reserva, o inventário de todas as colecções arqueológicas depositadas na reserva do CEAX e todo o restante trabalho diário do centro, como desenho, prospecções, saídas de campo, tratamento de material arqueológico, entre outros. Foram também organizadas, pela parte dos arqueólogos responsáveis, visitas a várias reservas municipais, de forma a proporcionar uma comparação com o caso de Vila Franca de Xira.

A componente de estágio teve início a 2 de Outubro de 2017 e terminou a 2 Março de 2018, com duração total de 800 horas. A sua realização teve lugar na cidade de Vila Franca de Xira, centrando-se na reserva do CEAX, onde se procedeu aos trabalhos de gabinete. Todas as funções desempenhadas foram realizadas com base num plano de actividades previamente delineado e acompanhado pelos arqueólogos responsáveis. Estas funções serão expostas com base na descrição pessoal, ou a partir das notas técnicas disponíveis.

Em anexo consta um calendário de estágio, elaborado de forma esquemática, de modo a apresentar sucintamente o percurso realizado. Neste constam as actividades efectuadas, de forma intercalada, conforme as oportunidades de trabalhos disponíveis e as datas.

No presente relatório são apresentadas, a par das actividades desenvolvidas, uma breve contextualização do funcionamento e da estrutura interna do CEAX a par com o Museu Municipal de Vila Franca de Xira, no qual se dará à actividade arqueológica municipal, de modo a conhecer os contextos que envolveram a sua criação, as suas motivações, os tipos de trabalhos desenvolvidos, a sua estrutura e funcionamento interno. Procura-se igualmente esclarecer de forma bastante genérica a actividade e dinâmica interna deste Museu, referenciando apenas alguns dos seus principais aspectos, focando o tema das reservas, de desenvolvimento no presente relatório. Também é referenciada a metodologia aplicada na reserva, no que se refere às tarefas de campo realizadas em estágio e aos seus processos de registo, com base nas metodologias de trabalhos arqueológicos disponibilizadas pelos arqueólogos responsáveis. Procura-se, desta forma, enquadrar cada tarefa desempenhada em estágio nos procedimentos gerais, sendo cada intervenção descrita conforme as suas especificidades e os modos de actuação aplicados. A descrição de cada actividade desenvolvida é realizada a partir das anotações registadas aquando de cada intervenção, bem como dos relatórios preliminares e notas técnicas das intervenções realizadas em estágio.

Optou-se pela descrição dos processos de tratamento de informação do CEAX no capítulo reservado à apresentação dos trabalhos de gabinete realizados em estágio, uma vez que estes seguiram, de um modo linear, os procedimentos estabelecidos previamente. Estes podem ser alvo de breves adaptações na sua aplicação de acordo com as exigências de estudo de cada conjunto material, dos contextos e situações decorrentes da sua realização. Algumas das tarefas desempenhadas ao longo do estágio, descritas no presente ponto de desenvolvimento, apresentam-se como casos exemplificativos destas pontuais adaptações metodológicas.

Relativamente aos procedimentos técnico-científicos são aplicados os princípios arqueológicos basilares, integrados em função do tipo de intervenção arqueológica a executada. Na sequência da vertente prática e das motivações para a realização de estágio, optou-se neste relatório por incidir na vertente metodológica referentes aos procedimentos das reservas. Esta vertente foi realizada a partir da abordagem individual de cada actividade realizada ao longo do estágio, como a criação de um base de dados, o

inventário das colecções arqueológicas, lavagem e acondicionamento de material arqueológico, desenho e registo fotográfico, visitas de campos e a reservas arqueológicas. Pretende-se, desta forma, apresentar não só as actividades realizadas no quadro do CEAX, como também dos vários enquadramentos técnicos, metodológicos e legislativos. Procurou-se simultaneamente fazer referência a algumas questões e fragilidades em torno destes enquadramentos, identificadas a nível da bibliografia consultada, sempre que oportunas. Para a realização desta abordagem procedeu-se à leitura e cruzamento de diversas fontes bibliográficas, da legislação base do património e reguladora da prática arqueológica e de outros apoios normativos referentes aos processos de salvaguarda e regulamentação dos trabalhos arqueológicos. Procedeu-se igualmente à consulta de alguns relatórios de escavações, que se revelaram de grande importância no conhecimento da cidade e na sua prática arqueológica.

No que se refere ao processamento do material arqueológico foram identificadas algumas referências a propostas de procedimentos metodológicos a aplicar nas diversas etapas de tratamento de material. O desenvolvimento deste tópico efectua-se a partir de uma sucinta apresentação de modelos de trabalho sugeridos por alguns autores, bem como através da realização de um breve enquadramento das normas regulamentares actualmente disponíveis para a sua gestão. A abordagem dos enquadramentos normativos e metodológicos da arqueologia municipal e as suas reservas, revela actualmente várias questões e algumas incoerências na sua prática. Esta rege-se segundo conjuntos de leis e procedimentos metodológicos específicos, nomeadamente a Lei Quadro de Museus.

Um dos objectivos deste relatório é contribuir para o conhecimento do estado actual da actividade arqueológica municipal em Vila Franca de Xira. Para tal, procedeu-se a uma sucinta retrospectiva de questões que se têm vindo a salientar ao longo dos últimos anos e que constituem significativos entraves à prática da arqueologia municipal. Estas questões tornaram-se, por sua vez, elementos caracterizantes da sua actuação quer a nível metodológico quer nos planos normativos e enquadrantes da sua acção. Pretende-se, em suma, constituir um suporte sumário de informação e elucidação acerca destas questões ao referenciar num mesmo documento metodologias de trabalho arqueológico em reservas, através de uma apresentação de modelos exemplificativos da sua execução, acompanhada e ilustrada por casos práticos de trabalhos arqueológicos realizados no decorrer do período de estágio. A tarefa assumida é complexa, mas de extrema importância. Um dos recursos essenciais para a gestão do acervo, investigação e serviços

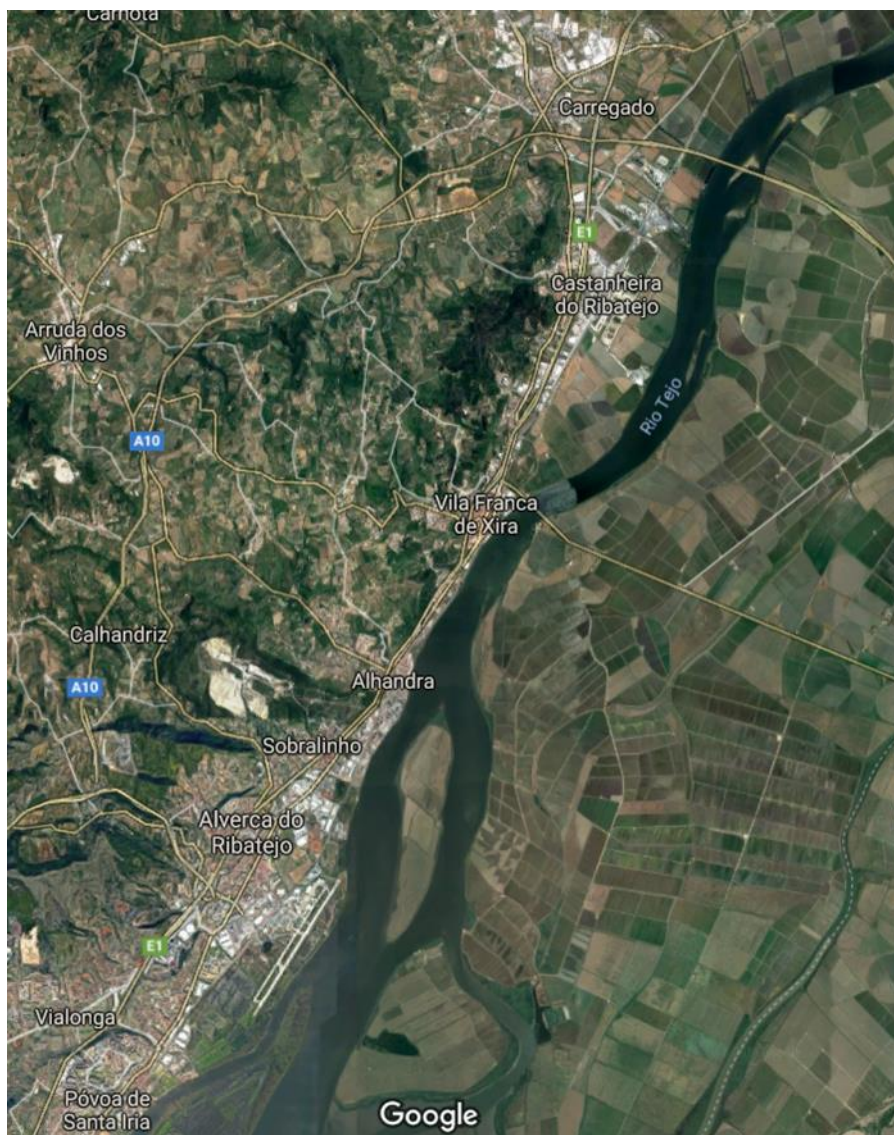
públicos é a existência de uma documentação precisa e acessível. A reserva, deve estabelecer registos de inventário para que possam e devam ser utilizados como base para investigação, acesso ao público, exposição, educação, desenvolvimento do cerivo gestão de acervo e a sua segurança.

## **1. O município de Vila Franca de Xira (VFX)**

### **1.1. O território**

O concelho de Vila Franca de Xira está integrado no distrito de Lisboa e na NUT III – Grande Lisboa. É igualmente um dos 19 concelhos que compõe a Área Metropolitana de Lisboa (AML), ocupando uma área de 323,5 km<sup>2</sup>. A Norte é delimitado pelos concelhos de Azambuja e Alenquer, a Nascente pelo de Benavente, a Oeste pelos de Alenquer, Arruda dos Vinhos e Loures e a Sul, também pelo concelho de Loures.

Neste território (Mapa 1) podem distinguir-se três grandes áreas paisagísticas: em primeiro lugar a Lezíria, de relevo quase plano e com fraca edificação: em segundo, a faixa territorial de relevo plano, com densa ocupação urbano-industrial: por último, a área da “serra”, composta por aglomerados populacionais mais reduzidos, por quintas e casais, com uma paisagem agrícola, baseada na exploração frutícola e de vinha. É de destacar que o actual território tem realidades económicas bastante distintas, tendo em conta o contraste entre cidade e campo. A nível de ocupação dos solos verifica-se um considerável predomínio das designadas zonas urbanas. No entanto, o sector agricultura é predominante, ocupando 41% do solo. O território vila-franquense tem um clima de influência mediterrânica. No entanto, a presença do rio Tejo como massa de água de grandes dimensões, funciona como elemento regulador de um microclima e da temperatura (Pimenta e Mendes, 2016, p.21).



Mapa 1 – Vista aérea do concelho de Vila Franca de Xira.

## 1.2. A investigação e o património arqueológico em VFX

O concelho de Vila Franca de Xira tem um vasto património, classificado como Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público e de Imóvel de Interesse Municipal. Estes testemunham diferentes épocas de relevância histórica e estão integrados na sua maioria em zonas urbanas. Simultaneamente estão documentados 432 sítios arqueológicos (Nunes, 2007, p.13). Alguns destes sítios arqueológicos mostraram-se mais relevantes e com mais expressividade na reserva do CEAX e nas diferentes fases de ocupação humana no território, que também surgirão no inventário. Destes podem-se

destacar os sítios arqueológicos, Monte dos Castelinhos, Escola Velha de Povo, Areeiros Rio Tejo, Senhor da Boa Morte e Rua Serpa Pinto nº 65.

A história das investigações arqueológicas no município de Vila Franca de Xira iniciou-se com o levantamento da Comissão Geológica do Reino, em 1857-1858, encabeçado por Carlos Ribeiro e Francisco Pereira da Costa, nomeadamente o registo da sua geologia e de outros recursos naturais. Foi durante este processo que se deu atenção pela primeira vez aos vestígios humanos de diversos períodos da pré-história (Pimenta e Mendes, 2016, p.16).

Já na década de 30 do século XX, através de vários trabalhos de George Zbyszewski, a actividade arqueológica dos Serviços Geológicos sofreu grande impulso, identificando-se várias centenas de sítios arqueológicos. Destaque para o contributo de Octávio da Veiga Ferreira que em 1945, iniciou o estudo das indústrias paleolíticas de Alverca, Alhandra e Castanheira do Ribatejo. Desta época regista-se também a investigação acerca do Vale da Verdelha do Ruivo, em Vialonga, onde se identificaram vários sítios com ocupações atribuíveis ao 4º ao 3º milénio a.C. (Pimenta e Mendes, 2016, p.16).

Em 1944, no centro urbano de Vila Franca de Xira, Mesquita de Figueiredo descobriu um sarcófago de mármore romano, marcando uma das maiores e mais curiosas descobertas no concelho. O sarcófago encontrava-se numa varanda na Rua Serpa Pinto, servindo de tanque de lavar a roupa e de amanhoar o peixe. A Anta do Casal do Penedo, com ocupação Neolítica e Calcolítica foi escavada em 1946, por M. Vaultier e G. Zbyszewski, marcando a primeira escavação arqueológica realizada no território de Vila Franca de Xira. Em 1951, Octávio da Veiga Ferreira e Manuel Leitão identificaram um silo no suposto povoado do Casal do Penedo, sendo este escavado no mesmo ano por G. Zbyszewski. Já em 1972, foi escavada a Anta do Monte de Serves, por C. T. North (Zbyszewski et al., 1981, p. 113-119). Já em 1973-1974, foi escavada por Veiga Ferreira, a gruta-necrópole de Verdelha dos Ruivos, descoberta ocasionalmente no decurso da lavra de uma pedreira, que a destruiu parcialmente.

Noutro plano, durante a década de 50 do século XX, realizaram-se também as escavações arqueológicas nas Grutas de Pedra Furada, com ocupação desde o Neolítico até à Idade do Bronze, e na Quinta de Santo António de Bolonha, um povoado romano e medieval, intervenções nestes monumentos funerários foram realizadas por Hipólito

Cabaço (Pimenta e Mendes, 2016, p. 17-18). Este foi pioneiro autodidacta e precursor da arqueologia na região de Alenquer (Raposo, 2017, p. I). Em 1951 foi fundado o Museu Municipal de Vila Franca de Xira (MMVFX), com a Biblioteca Museu Vidal Baptista. Aqui foram depositados os acervos explicativos da ocupação humana do trabalho arqueológico de Hipólito Cabaço em Vila Franca de Xira. Com o desaparecimento de Vidal Baptista, o Museu Municipal, atravessou um período de grande recessão, tendo as exposições e as actividades desenvolvidas estagnado (Pimenta e Mendes, 2016, p. 16).

Em 1974 deu-se a criação do departamento de cultura da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, marcando uma nova fase da arqueologia neste concelho, bem como no MMVFX. Nos anos 1983 e 1986, decorreram várias intervenções arqueológicas na Escola Velha de Povos, no Castelo de Alverca do Ribatejo e no Alto do Senhor da Boa Morte (Parreira, 1985, p.107-120), retomadas já nas décadas seguintes com a liderança de Cristina Calais. Após o 25 de Abril, iniciaram-se também os primeiros registos de inventário, que resultariam, no primeiro delinear da carta arqueológica de Vila Franca de Xira e as suas publicações em várias parcelas do Boletim Cultural, com a colaboração de Rui Parreira (Pimenta e Mendes, 2016, p. 17-18).

Na década de 90, houve um forte investimento, na recuperação e adaptação de edifícios para espaço de índole cultural por parte do executivo municipal. Contudo, estas obras não foram assumidas em pleno pela equipa arqueológica concelhia, então sediada no MMVFX, iniciando-se a actividade local da a arqueologia empresarial (Pimenta e Mendes, 2016, p. 20). Foi neste contexto que nos anos 1999-2000 se realizou a adaptação da Igreja do Mártir Santo a Núcleo Museológico e recuperou-se a Ermida do Senhor da Boa Morte. Já no ano 2002 o edifício da Rua Serpa Pinto nº 65 foi adaptado para Núcleo sede do Museu Municipal e deu-se o inventário das Linhas Defensivas de Torres. Por último entre 2004-2006, foi recuperada e adaptada a Casa da Câmara de Alverca para Núcleo Museológico do Museu Municipal (Pimenta e Mendes, 2016, p. 20).

Em 2008, começaram os trabalhos arqueológicos no Monte dos Castelinhos, um sítio arqueológico de extrema importância para o estudo do processo de conquista e consolidação do poder de Roma no extremo ocidente peninsular. Tal facto levou à celebração em 2010, de um protocolo entre a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e o Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), que validou a criação do actual Campo Arqueológico do Monte dos Castelinhos (Pimenta e Mendes, 2015, p. 20). Mais recentemente, em 2017, também a Faculdade de Ciências

Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL) passou a participar nas actividades arqueológicas do concelho, através da assinatura de um protocolo.

Em 2013, o Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (CMVFX) promoveram a exposição “Monte dos Castelinhos, Castanheira do Ribatejo – Vila Franca de Xira: no processo de conquista romana do vale do Tejo”, no espaço expositivo do Museu Nacional de Arqueologia. Esta exposição teve como principal foco o período romano-republicano na região, uma iniciativa de âmbito nacional que projectou a arqueologia deste concelho.

### **1.3. Centro de Estudo Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX)**

Em 2015 deu-se a criação do Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX), integrado no organigrama do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. A necessidade da criação de um espaço de reserva era emergente, dado que as colecções de arqueologia não se encontravam reunidas num sítio único. Estas encontravam-se dispostas na reserva do MMVFX na Quinta da Piedade. O CEAX foi concebido com objectivos de estudo, investigação e promoção dos vestígios arqueológicos da ocupação humana no Vale do Tejo. Neste sentido, tem desenvolvido actividades de investigação e divulgação do património arqueológico, tais como o projecto de escavação e investigação “Monte dos Castelinhos e a Romanização do Baixo Tejo” (MOCRATE), o apoio e acompanhamento de trabalhos de âmbito académico, como o presente estágio, a publicação de revista CIRA Arqueologia, especialmente dedicada à publicação do património e colecções do MMVFX, e a organização de conferência e congressos (Pimenta, 2016, p.231-232).

Entre os propósitos e actividades maiores desenvolvidas pelo CEAX nos últimos anos contam-se os trabalhos de levantamento com vista à elaboração da carta arqueológica do concelho, que foi objecto de publicação. (Pimenta e Mendes, 2016). O seu objectivo foi elaborar uma compilação actualizada dos dados disponíveis sobre a presença humana no território do concelho, um inventário actualizado e georreferenciado de sítios/estações arqueológicas. Pretendia-se uma ferramenta de trabalho de gestão do território, decisiva na protecção, estudo, divulgação e exploração turística dos recursos finitos relativos ao arquivo passado, constituídos pelos arqueossítios. Numa área de forte crescimento urbano, a carta arqueológica foi também vista como o primeiro passo de uma

acção preventiva, que garantisse a salvaguarda do património arqueológico, no sentido do bem patrimonial colectivo (Pimenta, 2016, p.231). Este trabalho permitiu traçar uma leitura da evolução da ocupação humana no território vila-franquense, desde as primeiras comunidades de caçadores recolectores paleolíticos até aos dias de hoje (Pimenta, 2016, p.232).

#### **1.4. Museus autárquicos com colecções arqueológicas – o caso do Museu Municipal de Vila Franca de Xira (MMVFX)**

Os museus são lugares privilegiados para guardar a memória colectiva. Neste sentido, “os museus são verdadeiras janelas para o mundo natural e físico que nos rodeia”; nos seus “bastidores, trabalha uma engrenagem extremamente complexa, que permite que estudem, preservem e exponham o seu património” (Silva, 1999, p. 423). Ao conhecer um museu assimilam-se conhecimentos passados, contextos, técnicas e até mesmo convicções. Pressupõe-se a exploração dos objectos segundo a sua proveniência, a sua história, a sua tipologia e as suas afinidades formais ou sobre outros critérios de que se possa justificar o seu interesse. Dir-se-ia que “as diferentes formas de expor variam com o tempo, com o espaço, com as pessoas e as suas ideologias, mas as colecções permanecem” (Silva, 1999, p. 424). É por isso que os museus são particularmente responsáveis pela salvaguarda e interpretação desta herança. Estão também, por este motivo, obrigados a responder activamente a novas audiências e desafios, assumindo as suas respectivas responsabilidades de investigação, conservação e comunicação, tornando o património actuante junto da sociedade onde se integra.

Em 1974 havia 58 museus autárquicos, ou seja, um sexto dos actualmente existentes. Importa recordar que as comissões de arte e arqueologia locais eram compostas por um vereador ou director do museu, um professor, um representante das associações culturais e um sacerdote. Por estas comissões passavam assuntos referentes à urbanização e que interferissem de alguma forma com monumentos. No caso de Vila Franca de Xira, foi o então director do Museu Municipal, António Vidal Baptista, o autor de pareceres relativos ao património local (Camacho, 2007, p. 20).

Assim nos dias de hoje, os museus autárquicos constituem uma fatia muito expressiva da realidade museológica nacional, representando um terço dos museus

existentes e alcançando grande importância e impacto cultural, educativo e social (Camacho, 2007, p.19).

Quase todos os museus de Arqueologia foram fundados com a intenção de transmitir uma mensagem de identidade nacional, regional ou local e com a função de conservar e informar acerca do passado de cada um desses territórios. Pela sua natureza, as colecções arqueológicas estão profundamente enraizadas nos seus lugares. Para este tipo de museus, podem surgir limitações como a impossibilidade de recolha de todos os vestígios, descontextualização dos objectos arqueológicos, barreiras físicas entre o objecto e o visitante, acumulação de espólio em reserva, sem aparente utilidade social e a exposição massiva, anulando-se mutuamente. No que toca às suas vantagens, estas podem ser a de melhores condições para conservação de vestígios, maior capacidade e adequação da sua apresentação, prestação de serviços complementares, facilidade de acesso e inclusão em circuitos culturais mais amplos (Raposo, 1999).

Além do espólio proveniente das intervenções arqueológicas realizadas pelos serviços municipais, encontramos ainda um conjunto significativo de colecções de que as autarquias são, de certo modo, herdeiras. Tratam-se de doações feitas por achadores fortuitos ou curiosos locais, na maior parte dois casos, e incorporações de colecções de outras instituições. Nos últimos anos juntaram-se a estes os depósitos realizados por empresas privadas de arqueologia. O enquadramento que a actividade arqueológica tem na estrutura organizativa da respectiva câmara municipal, o armazenamento e a gestão de bens, encontra-se afecta aos serviços que promovem a catividade arqueológica do município. “Verifica-se assim que mais de 1/3 dos conjuntos de espólios [de arqueologia] recenseados se encontram à guarda de autarquias que não promovem através dos seus serviços quaisquer acções no âmbito de arqueologia” (Almeida, 2008-2009, p.55).

Contudo, podemos apontar que mais de metade os museus com acervos que detém colecções arqueológicas, não se confinam a elas, fazendo-se acompanhar com colecções etnográficas, artes plásticas, arte sacra entre outras (Raposo, 1993, p.63). Tal é o caso do MMVFX, que tem à sua guarda um acervo patrimonial constituído pelas colecções de arqueologia, instrumentos musicais, fotografia, artes plásticas, cerâmica, cartazes, documentos, numismática, vestuário e colecção antoniana. No entanto, a ausência de espaço nas reservas museológicas, nomeadamente para objectos de grande porte, restringiu as aquisições, por não haver condições de armazenamento e uma correcta conservação (Nunes, 2007, p. 12).

Com efeito, os museus autárquicos com colecções de arqueologia carecem ainda de um conjunto de requisitos básicos, a que deviam obedecer, como deterem colecções próprias, possuírem instalações adequadas com controlo ambiental e de segurança, documentarem capacidade de preservação das colecções, como inventário, e área de conservação e restauro, serem dotados de quadros de pessoal minimamente credíveis, com plano técnico e durabilidade da instituição, possuindo um orçamento próprio, com investimentos em projectos e actividades (Raposo, 1999, p.55). Os recursos humanos para a gestão das colecções de arqueologia são escassos, pois 25% dos municípios detentores de espólio arqueológico não dispõem de qualquer profissional nas carreiras técnicas de arqueologia (Almeida, 2008-2008, p. 58). Quanto à existência de instalações adequadas à prática arqueológica, não dispõem de quaisquer espaços especificamente vocacionados para este fim (Almeida, 2008-2009, p.59). Tem-se, assim, afirmado que há ainda um longo caminho a percorrer para que o poder local possa efectivamente assumir a responsabilidade da gestão do património arqueológico em Portugal e das colecções de arqueologia. Esta ideia só poderá ser realizada com um forte investimento na melhoria das condições em que as colecções arqueológicas se encontram nas autarquias portuguesas (Almeida, 2008-2009, p. 66).

Quanto à sua gestão patrimonial, após o 25 de Abril, o MMVFX abriu as portas e interesse na preservação do património. De facto, muitos dos museus autárquicos posicionam-se hoje como identidades com intervenções múltiplas sobre o património cultural, não apenas ao nível do património móvel, mas sobre a pluralidade patrimonial localizada no seu território administrativo de influência. Do ponto de vista municipal, é importante preservar bens culturais representativos de uma determinada sociedade, no espaço e no tempo, demonstrando o papel da autarquia. Para preservar é preciso também conhecer, daí a importância dada ao inventário (Camacho, 2007, p.19).

Assim, o MMVFX estuda e investiga a história e o património local, através da base dados informática, do projecto “Conhecer o património de Vila Franca de Xira – Património móvel e imóvel”, bem como a inventariação e digitalização do património móvel e imóvel. Neste sentido o museu é uma instituição de carácter permanente, datado de uma estrutura organizacional que lhe permite garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizados. De modo a assegurar a salvaguarda de conjuntos de bens culturais representativos da sua herança cultural da humanidade, valorizando-o e preservando-o. Faculta o acesso ao público, de forma regular e fomenta a democratização

da cultura. No museu, a investigação assume um lugar fundamental em ambos os conceitos (Nunes, 2007, p. 57). Neste quadro, o MMVFX insere-se num movimento das autarquias que procuram preencher as lacunas deixadas pelas leis, através do seu papel privilegiado em conhecer o território e as populações locais. Através da investigação pluridisciplinar, reconstrói-se a história e a memória patrimonial do local.

O modelo do MMVFX é polinucleado, tendo-se desenvolvido uma rede concelhia a nível museológico, descentralizando o território e o seu acesso (Camacho, 2007, p.19), destes são: a Casa-Museu Dr. Sousa Martins, a Casa-Museu Mário Coelho, o Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, o Centro Interpretativo de Forte da Casa, o Museu do Ar, o Museu do Neo-Realismo, o Núcleo Museológico “A Póvoa e o Rio”, o Núcleo Museológico de Alverca do Ribatejo, o Núcleo Museológico Varino Liberdade, o Núcleo Museológico do Mártir Santo e o Núcleo-Sede do Museu Municipal. Embora encontremos outros casos de estruturas polinucleadas, a esmagadora maioria dos museus autárquicos concentra-se num único edifício, dos quais, apenas uma percentagem muito reduzida foi projectada de raiz para a função museológica. Outras situações são os museus instalados em imóveis adaptados, o que reflecte na diversidade e qualidade dos serviços colocados à disposição dos utilizadores. Alguns também contam com bibliotecas ou centros de documentação acessível ao público, como é o caso em questão de Vila Franca de Xira (Raposo, 1993, p. 64

## **2. Tarefas realizadas**

No âmbito do estágio foram realizadas, várias actividades no âmbito de trabalhos arqueológicos em reserva. Estas actividades resultam no culminar de um trabalho pensado de forma a organizar a reserva arqueológica do CEAX e na sua gestão de acervo. Para isso procedeu-se à criação de uma base de dados em Microsoft Access, o inventário das 41 colecções depositadas no CEAX, a triagem de material arqueológico e o acondicionamento desse mesmo material.

### **2.1. Base de Dados**

Certos museus optam por construir as suas próprias bases de dados, outros adquirem sistemas construídos e desenvolvidos por empresas. As bases de dados podem ser desenvolvidas em plataformas de utilização pessoal como o Microsoft Access, Microsoft Excel ou FileMaker. Na opção de compra de um sistema comercializado por uma empresa, a opção recai no próprio museu. No caso em questão, o MMVFX, decidiu-se preferir pela aquisição de sistemas construídos e desenvolvidos por empresas (Nunes, 2007, p.11). Optou-se por adquirir a base de dados *In Patrimonium Premium*, em 2006. Esta permitia aceder aos dados contidos pelos sítios da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e pelo MMVFX, conhecendo o seu património móvel e imóvel, incluindo os sítios arqueológicos. Assim, podem consultar-se registos de Entidades, Eventos, Documentos e toda a documentação multimédia que está associada a cada um dos grupos. Para além deste programa, também foi adquirida pelo MMVFX uma aplicação que permite o carregamento *in situ* da informação relativa a uma escavação, edifício ou objecto. Esta aplicação permite a mobilidade dos inventariantes e uma maior utilização dos recursos disponíveis. Este sistema de servidores centrais possibilita que em qualquer um dos postos de trabalho, exista um acesso de consulta aos dados existentes e a sua verificação. Os servidores centrais também disponibilizam toda a informação que o museu pretende veicular para um servidor web (Morgado e Matos, 2007 p. 67-72).

A inventariação realizada até ao momento por parte do MMVFX incidiu preferencialmente sobre as colecções de artes plásticas, do Núcleo Museológico de Alverca e de algum espólio arqueológico. Esta nova perspectiva conduziu aos diferentes projectos de investigação, estudo de várias colecções inventariadas do património arquitectónico e arqueológico e à preparação das respectivas exposições temporárias

(Nunes, 2007, p.12). Tendo em conta o processo de certificação das instituições museológicas que, de acordo com critérios definidos na Lei Quadro dos Museus<sup>1</sup>, prescreve a existência de um inventário criterioso dos bens à guarda de todos os museus que pretendam obter a referida qualificação.

Apesar da existência desta base de dados do MMVFX, foi definido pelos arqueólogos do CEAX a criação de raiz de uma base de dados autónoma para a gestão de acervo de arqueologia do MMVFX depositado no CEAX. A escolha de uma base de dados autónoma foi justificável devido à sua restrição para usufruto interno da reserva, para tornar mais acessível o tratamento e localização das peças dentro dos contentores e apoiar a sua investigação e divulgação.

Desta escolha resultou um documento impresso com mais de quinhentas páginas de inventário que tornou mais fácil a localização das colecções e o conhecimento do material depositado em cada contentor. Adiante analisaremos os resultados do inventário, através do preenchimento na base de dados. Como resultado, podemos afirmar que, numa análise funcional, a base de dados usada durante o estágio no CEAX, tornou o inventário mais prático no dia-a-dia sem nunca deixar nenhuma informação de parte, adaptando-se às necessidades e exigências da reserva em questão. Transversalmente, o uso diário desta base de dados, providenciou uma melhor capacidade de gestão e decisão na selecção espacial e do tratamento de acomodação das colecções. Tornando a reserva do CEAX completamente funcional aos requisitos exigidos para uma correcta gestão de acervo e conservação preventiva.

A base de dados dos objectos que compõem as colecções, encontra-se subdividida em diferentes categorias de informação (Figura 1). Esta divide-se pelos seguintes campos: número de identificação do contentor, o nome do sítio arqueológico, a data dos trabalhos de escavação/prospecção/recolha, o seu contexto arqueológico (quadrado, sondagem, sector, UE, ambiente), se o objecto está lavado, marcado ou desenhado, uma breve descrição da peça, uma área para observações, que pode, por exemplo, referir-se ao estado de uma determinada investigação e uma divisão para imagem, caso a peça tenha alguma especificidade que seja pertinente registar.

A organização da base de dados relacional (figura 21) determina que a informação deverá ser estruturada e que nunca terá de ser introduzida mais do que uma vez, no registo

---

<sup>1</sup> Lei nº. 47/2004, de 19 de Agosto.

referente a um objecto ou colecção. As diferentes tabelas que necessariamente serão criadas podem ser de inventário, terminologia, entidade, documentação, eventos, multimédia ou outros campos necessários para o registo do maior número de informação possível (Matos, 2007, p. 102). A utilização de tabelas dependentes permite a existência de numerosos registos em qualquer categoria, para apenas um registo de inventário, ou seja, vários autores, vários estados de conservação, para o mesmo objecto. Assegurados estes princípios, importa referir que este esquema de organização permite uma evolução de estrutura de dados sem condicionalismos existentes em outros suportes. A qualquer momento, havendo a alteração das normas em vigor, podem ser acrescentadas categorias de informação que não alteram em nada o funcionamento da restante base de dados (Matos, 2007, p. 105).

Só a partir de uma análise funcional das exigências do museu é que se pode introduzir uma aplicação informática através da revisão do historial e da extensão do próprio acervo, revendo o estado da informação e os planos do museu para o seu desenvolvimento. Transversalmente os dados envolventes das colecções providenciam uma melhor capacidade de decisão sobre a gestão do museu, conferindo capacidade de decisão na escolha de uma aplicação informática (Roberts, 2004, p.43-46).

É neste sentido que se colocam questões sobre os meios de inventário e gestão das colecções museológicas. Um dos focos seria o sistema informático tirar lugar ao registo manual, embora este nunca deve ser descartado ou eliminado. O sistema informático pode ser utilizado para várias funções da gestão do acervo, como a incorporação, desenvolvimento da exposição, controlo do local e gestão da conservação, podendo proporcionar ao público e a investigadores, acesso on-line para informação, tanto no próprio museu como na Internet (Roberts, 2004, p.43-46).

Seria importante a criação de uma norma de conteúdos a utilizar em Portugal, não apenas para os museus com colecções de arqueologia, mas para os museus com outros tipos de colecções, constituindo-se (Matos, 2007, p. 100). Neste ponto os museus deparam-se com duas alternativas, que tem desvantagens e vantagens a considerar, como por exemplo: a incompatibilidade da normalização existente, a falta de recursos humanos qualificados para a sua realização ou a incompatibilidade de intercâmbio de informação. Coloca-se, além disso, a questão sobre que modelo de base de dados se utilizaria de forma a criar compatibilidade a nível nacional (Matos, 2007, p. 99).

## **2.2. A gestão do acervo arqueológico**

A gestão do acervo foca-se primordialmente na preservação das colecções, preocupando-se pela sua segurança física a longo prazo. Requer uma política e procedimentos definidos para que no dia-a-dia as actividades e tomadas de decisão se tornem mais fáceis. Desta forma, protege-se o acervo dos efeitos de exposição ou de investigação (Ladkin, 2004. p.17).

O ciclo de preservação, começa por observar e avaliar todos os riscos, seguindo da elaboração das opções para melhorias, coordenando com o plano geral do museu e, por fim, a implementação dessas melhorias. Todo este ciclo leva-nos a crer que a preservação do acervo é um processo infinito (Michalski, 2004, p. 60). A conservação preventiva explica-se através de um conjunto de condutas que previnem e minimizam a deterioração do espólio, sendo que, as práticas em reserva e a gestão de colecções são fundamentais para uma correcta gestão do acervo, permitindo o cumprimento de uma metodologia adequada (Amaral, 2011, p.73).

A reserva arqueológica do CEAX possui 41 colecções arqueológicas do município de Vila Franca de Xira. Estas estavam previamente arrumadas na Quinta da Piedade, sem controlo, critério ou cuidados de conservação. Foi este um dos propósitos do CEAX, que funciona como reserva arqueológica do concelho. Trata-se de uma antiga escola primária da freguesia das Cachoeiras que esteve ao abandono durante dois anos. Com algumas obras, o sítio foi organizado na perspectiva do acervo e de todas as exigências mínimas que uma reserva arqueológica requer. É de piso térreo e tem entrada de pouca luz (figura 20). Também a sua organização foi projectada para haver um manuseamento prático e funcional dos materiais e dos contentores (figura 19). A reserva possuiu três desumidificadores, alarme de segurança e detectores de fumos. Contudo não tem extintores portáteis nem câmara de vigilância. Quanto aos acidentes naturais, a reserva situa-se num local longe de edifícios ou construções.

Um espaço desta magnitude, implica a definição do tipo de reserva e os diferentes critérios de organização que as colecções requerem. A ausência de planificação pode levar a uma má conservação dos objectos, bem como a uma má gestão em reserva (Amaral, 2011, p.33). Por exemplo, as colecções nunca devem expandir sem controlo, podendo comprometer a conservação de todos os bens patrimoniais, em caso de ausência de planeamento (Pereira, 2015, p.85).

A reserva do CEAX é composta por quatro salas (figura 23). A sala 1 é para as peças de grande porte, já restauradas e de exposição. Nesta sala as peças encontram-se acondicionadas em estantes metálicas, com suportes para as peças em esferovite. Esta sala requer algum cuidado, pois é mais pequena e contém peças mais frágeis de exposição. O aspecto negativo aqui é a passagem condicionada para o exterior, que se faz através da passagem da sala dois. A sala 2 é o espaço para o inventário e foi onde decorreu boa parte deste estágio. Aqui alojam-se as colecções arqueológicas, possuindo dois desumidificadores, material de apoio ao estudo e investigação, área com mesas de apoio e um lavatório. Esta sala, desde que foram aí depositadas as colecções, encontrava-se desorganizada e os contentores não tinham numeração nem inventário. A escolha desta sala para a acomodação justifica-se por ser a maior e mais ampla. Em termos de humidade relativa, estas duas salas rodavam entre os 50% e 70%, embora nesta sala permanecessem continuamente dois desumidificadores, o clima envolvente mostrou-se muito húmido e pluvioso, o que dificultava a monitorização da climatização da sala.

A sala 3 inclui o local armário dos metais. Esta escolha justificou-se pelo desejo de que este espaço não fosse visível da reserva, estando simultaneamente perto da sala 2, onde estão os contentores e os materiais de apoio ao seu estudo. Esta sala conta com um desumidificador que permanece continuamente ligado, apontando uma humidade relativa de 35%. A sala 4 o espaço é onde se situa o gabinete dos investigadores e a exposição permanente do CEAX, na qual se mostram as várias intervenções arqueológicas realizadas no concelho. Esta sala 4, corresponde, pois, ao espaço público do CEAX.

Nas reservas de arqueologia, os materiais acondicionados em contentores devem estar a uma temperatura entre 22°C e os 55% de humidade relativa. Os objectos podem ser pesados e de difícil manuseamento, por isso a colocação dos contentores deve ser feita em estantes metálicas resistentes, acima do nível do chão, para não correr riscos de deterioração ou de estar em contactos com possíveis inundações. Os contentores devem ser tapados (Pereira, 2015, p.102).

Quanto às áreas laboratoriais, poder-se ressaltar a “gritante insuficiência deste tipo de estruturas, com consequências graves no tratamento e manutenção das colecções” (Raposo, 1993, p.65). Como consequência, a manutenção dos sítios ou das colecções sofre igualmente com a falta de meios. O acondicionamento das colecções encontra-se rodeado por várias protecções, contando, não apenas com o próprio edifício, mas também a sala onde a colecção se encontra, a caixa ou contentor e os materiais usados para cobrir

os objectos. Todos estes níveis de acondicionamento são vitais para a integridade das colecções (Pereira, 2015, p.90).

Estas áreas protegem os objectos contra factores ambientais prejudiciais, acidentes ou desastres. Assim a gestão de uma reserva obriga a manter os bens culturais em bom estado de conservação, considerando que o seu manuseamento deve ser feito em segurança. Nesta tarefa, a responsabilidade deve recair sobre todos os profissionais que trabalham na gestão da reserva (Amaral, 2001, p.70). Outros procedimentos a aplicar nas reservas de arqueologia relacionam-se com o seu quotidiano. As áreas da reserva devem ser fechadas e com registo de entrada. Actividades relacionadas com a conservação das colecções devem ser feitas no interior da reserva, ao passo que as demais actividades devem ser feitas no exterior. Estes procedimentos visam a longevidade das colecções, evitando a perda de espólio e as suas respectivas intervenções curativas (Amaral, 2011, pp. 45-46).

No quadro da organização da reserva do CEAX, o primeiro cuidado foi o facto de os contentores não terem numeração, procedendo-se a esta tarefa durante o estágio. O critério inicial foi escolher a colecção mais recente, maior e cuja extensão não era bem conhecida, a do sítio arqueológico do Monte dos Castelinhos, contendo 84 contentores. Seguiu-se o sítio da Quinta da Marquesa I e II com 4 contentores. Foi isolado o material que iria ser alvo de estudo ou que fosse pertinente cientificamente.

Primeiramente os materiais foram postos em sacos de plástico furados, devidamente identificados, com fichas da sua proveniência, contexto arqueológico e o respectivo número foi escrito por fora do contentor. O tipo de contentor mais usado na reserva do CEAX é do tipo EF6320 SCHAFER5, em azul claro. São fechados e têm um fundo liso, pegas laterais e uma estrutura forte, com vista a evitar perdas de materiais pequeno ou a destruição devido à acomodação de materiais maiores e mais pesados. Quando os materiais estão restaurados ou de alguma fragilidade, são embrulhados com rolo de bolhas de ar e no fundo é posto papel espuma.

Com efeito, para além dos cuidados supracitados a ter numa reserva arqueológica, não deve ficar para segundo plano a programação do espaço. Devem ser colocados os objectos mais pesados num nível mais baixo, enquanto os mais leves e por serem fáceis de manusear, devem ficar por cima. Para além de estar acomodados em estantes, estas devem ser estáveis e seguras. Todo o material acondicionado, deve ter identificação, não

só no material que o cobre, como no contentor ou estante. Paralelamente, há que ter em conta que uma colecção é indivisível e a sua procedência deve ser respeitada, tornando-se mais fácil o seu estudo e a sua observação como um todo (Amaral, 2011, p.47).

Em relação as reservas com colecções de arqueologias, o primeiro passo é avaliar a extensão das colecções existentes e estimar o seu crescimento. A falta de programação por parte do museu neste domínio leva a que se depositem as colecções em áreas menos apropriadas. Esta poderia ser uma reflexão a ter em conta, porque o trabalho de recolha não acaba, ao contrário do espaço em reserva (Amaral, 2011, p.40).

Posteriormente por uma questão de espaço e logística, foi organizada toda a colecção de material osteológico do CEAX, sendo um tipo de material que não é tão manuseado quanto os outros. Esta colecção provém de várias intervenções arqueológicas e é bastante vasta, englobando o Centro de Saúde de Alhandra, com 42 contentores, a Ermida do Senhor da Boa Morte, com 34 contentores, a Escola Velha de Povos, com 8 contentores, e São João dos Montes, com 6 contentores. Todas as colecções citadas estão acomodadas em contentores cinzentos e brancos, de modo a serem facilmente localizadas.

No seu espaço organizacional, as colecções em reserva devem ser divididas consoante a sua categoria e a área que ocupa, tendo em conta que o espaço deve permitir o manuseamento. O acesso a cada sala ou colecção deve ser feito de forma independente sem ter de passar pelas áreas funcionais da reserva (Pereira, 2015, p.87). As reservas devem ser separadas das outras áreas de trabalho ou até do edifício do museu (Amaral, 2011, p. 43). Deverá haver circulação de fácil acesso, entre as reservas e o laboratório de conservação e restauro, a sala de quarentena e os gabinetes de investigação. Deve também haver todo o tipo de apoio, como sala de arrumos e tomadas, de modo a facilitar a limpeza do local (Amaral, 2011, p. 46).

Olhando como um todo para a reserva do CEAX, podemos apontar aspectos positivos e negativos, como aspectos a melhorar e potencialidades. Usámos a análise SWOT, para não só mostrar em modo esquemático toda a informação que retirámos da organização da reserva durante o estágio, como também para poder relacioná-la e, caso haja oportunidade, aplicá-la. Nunca é demais salientar que, o ideal seria uma reserva modelo com todas as potencialidades postas em prática para uma boa conservação preventiva. No entanto, há também que saber aplicar os objectivos finais de uma boa gestão de acervo na realidade dos municípios e dos espaços definidos como reserva.

<b>Análise SOWT</b>	
<p><b>Forças:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Equipa permanente</li> <li>2. Controlo de ambiente</li> <li>3. Espaços interiores independentes</li> <li>4. Longe de zonas propícias a acidentes ou desastres</li> <li>5. Edifício independente</li> <li>6. Local preparado para o estudo</li> <li>7. Pequena biblioteca</li> </ol>	<p><b>Oportunidades:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alargar o espaço de reserva</li> </ol>
<p><b>Fraquezas:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Edifício adaptado</li> <li>2. longe do gabinete do restauro</li> <li>3. Não há extintores ou porta corta fogo</li> </ol>	<p><b>Ameaças:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Espaço insuficiente para o crescimento das colecções</li> </ol>

Em análise ao supracitado, o pessoal técnico permanente, neste caso dois arqueólogos e uma desenhadora científica, é uma mais valia para a reserva em si e para o progresso do trabalho e estudo de colecções. Esta mesma equipa permanente monitoriza o ambiente através de desumidificadores, a entrada reduzida de luz natural e com um armário específico para o material metálico que é acondicionado com sílica gel. Na reserva em questão não existe um plano de emergência. Contudo, em caso de acidente como por exemplo incêndios, inundações ou tempestades e sabendo-se que a perda do objecto pode ser permanente, deve existir um documento de inventário que comprove a existência do objecto no local (Pereira, 2015, p. 107). Não só os desastres naturais podem causar a deterioração dos objectos. Estas podem acontecer devido a pessoal sem formação aquando da manipulação de artefactos. (Michalski, 2004, p.57). Podemos também apontar como agentes de deterioração os furtos, as inundações, as pragas, os contaminantes, a radiação e a temperatura e humidade relativa incorrecta (Pereira, 2015, p.82).

Embora a maioria do espólio aqui depositado seja cerâmico e não requeira um cuidado muito extensivo de monitorização, tal não significa que não mereça atenção, em procedimentos como os furos nos sacos plásticos ou a aquisição de material plástico próprio para a circulação de ar. O contrário passa-se com o espólio osteológico e metálico, que são mais sensíveis à humidade requerem cuidados mais extensivos, como o seu envolvimento em papel espuma ou papel bolha no primeiro caso, e sílica gel para o segundo.

Em termos de edifício, este como já foi referido, era uma escola primária que foi adaptada para o propósito de reserva, o que se pode apontar como uma fraqueza, visto não ter sido projectada e planeada de raiz. Contudo é a primeira barreira a favor da conservação preventiva, através de um telhado seguro, janelas calafetadas e até mesmo através de um alarme de intrusão e de incêndio, factores que contam para controlar a monitorização do ambiente e para uma melhor conservação preventiva. Uma fraqueza a apontar ao edifício é a ausência de extintores ou porta corta fogo. Neste sentido também se pode apontar para o mesmo edifício estar longe de zonas propícias a inundações, deslizamentos de solos ou incêndios florestais. Parte destes benefícios ficam-se a dever ao edifício estar num local aberto, longe de grandes edificações e correntes de água.

Um dos aspectos mais significativos da conservação preventiva diz respeito ao papel do edifício da reserva. No que diz respeito a impedir a deterioração do espólio pelos agentes, como a luz, a poluição, a temperatura, a humidade, ou desastres naturais, o espaço onde se insere a reserva deve ser o primeiro obstáculo de protecção do acervo museológico. Para além disso, toda a área envolvente tem implicações no edifício, como por exemplo, o clima, a implantação no terreno, o estado de conservação, a existência de árvores e vegetação, sendo uma fonte para a atracção de pragas. Os edifícios das reservas devem, pois, estar afastados de zonas facilmente imudáveis, zonas costeiras marítimas, em terrenos instáveis e que estejam perto de depósitos de materiais inflamáveis ou explosivos (Pereira, 2015, p.91)

Embora a reserva do CEAX tenha um local preparado para o estudo de colecções e até uma pequena biblioteca, fica-se a sentir a carência de um espaço, dentro do próprio edifício, para restauro e conservação. Contudo, não se torna um ponto determinante, visto o MMVFX tem gabinete de conservação e restauro, ficando no centro de Vila Franca de Xira.

Como oportunidade para a reserva em questão podemos apontar a oportunidade de alargar o espaço, visto que ao lado do edifício existe apenas um parque infantil e um campo de jogos com pouco uso e com pouca manutenção.

As reservas são espaços funcionais distintos dentro do museu e devem ser considerados espaços de grande importância, onde se guardam, gerem e se investigam as colecções museológicas (Amaral, 2015, p.32). A reserva é indissociável das exposições, do inventário das colecções, dos projectos de investigação, das acções de divulgação do museu e do público. Nos dias de hoje, a reserva permite que as colecções fora do contexto expositivo estejam acessíveis à investigação, inventário, documentação, conservação e divulgação. O armazenamento do acervo não deve ser um espaço morto, mas sim o espaço onde existe uma activa preservação do acervo.

### **2.3. Inventário**

Considera-se que uma colecção está inventariada quando está arrumada segundo critérios que permitem a sua fácil localização e a relação com as respectivas informações. Colecções em reserva são aquelas que, para além de estarem inventariadas, têm protecção contra danos físicos e ambientais (Amaral, 2011, p.30).

O inventário aplicado na reserva do CEAX, teve como objectivo o conhecimento interno das colecções de arqueologia. Mais do que numerar os contentores, planeou-se identificar os seus conteúdos. Sabendo que era impossível e desnecessário inventariar cada peça ou parte dela, dado o volume dos materiais, decidiu-se passar para um inventário mais generalista.

A partir destes objectivos, passou-se a inventariar saco a saco, descrevendo o tipo de material consoante a ficha de inventário e marcando-o com a informação da recolha arqueológica. Quando a colecção já tinha sido estudada ou não fosse de grande relevo científico, o inventário foi feito por contentor, ou seja, cada contentor contava uma ficha de inventário. Nos casos de colecções mais importantes do ponto de vista científico e ainda inéditas fez-se saco a saco, pelo que se contavam várias fichas de inventário para o mesmo contentor.

Todas a colecções cerâmicas foram inventariadas com a mesma linha de pensamento. Primeiro o material era triado e todas as peças que tivessem algum indicador

cronológico ou museológico, como fragmentos de bordos, asas, fundos, paredes finas, *terra sigillata*, ânforas, cerâmicas cinzentas, etc., eram lavadas, marcadas, divididas e colocadas em novos sacos, contendo toda a informação da recolha arqueológica, apartando-se assim o respectivo material para um futuro estudo. No caso de bojos, como havia em grande quantidade, foi ensacado com as devidas marcações.

O inventário deve ser o mais desenvolvido possível. No entanto esta tarefa pode tornar-se excessiva, tendo em conta que desenhar e fotografar todos os artefactos de um sítio arqueológico é irrealizável, vistos os encargos financeiros e o grande volume de material que se produziria. Assim sendo, deve-se fazer uma selecção de peças ou fragmentos importantes a nível museológico, ou que sejam tipologicamente, tecnicamente ou decorativamente significativas, suscitando o seu tratamento e a recolha de informação gráfica (Cruz e Correia, 2007, p. 19). O restante material deve ser inserido noutra sistema de registo, respeitando a recolha da escavação. Todo o material recolhido em escavação e inventariado deve respeitar o seu valor museológico e científico (Cruz e Correia, 2007, p.20).

Todo o inventário deve ter um número de seguimento, por isso, caso haja referência a um antigo número de inventário, este deve vir referenciado no seu registo. Nunca se deve eliminar um antigo número, pois este pode vir referenciado numa publicação ou estudo anteriormente realizado. No entanto, a marcação deste número nem sempre é possível fazer na peça, nomeadamente atendendo à sua tipologia, como colecções de numismática; importa sim ter sempre uma marcação de número de inventário em papel no local onde está acondicionada (Raposo, Martins e Correia, 2000, p. 30). No que toca à marcação das peças, aliás, é imperativo encontrar um equilíbrio entre a legibilidade e a durabilidade, tendo em atenção a forma como se marca. Aqui entende-se que o bom senso é importante (Raposo, Martins e Correia, 2000, p. 35).

Deve fazer-se referência à forma e aos elementos decorativos, devendo as peças ser fotografadas ou desenhadas. Também se deve referenciar a sua produção, centro de fabrico, datação e o seu estado de conservação. Em certos casos também se pode aqui incluir o historial da peça e todo o percurso até estar integrada no acervo, acrescentando, se necessário, uma bibliografia (Raposo, Martins e Correia, 2000, pp. 35-36).

Quanto à questão do modo de incorporação, também deve ser um parâmetro a considerar, distinguindo se foi por aquisição, depósito, doação, mandato legal, ou

transferência, etc.. Deve neste campo constar também a data de incorporação, o sítio arqueológico, a freguesia com as coordenadas, a data, e a circunstância do achado, ou seja, se foi através de campanha de escavação, prospecção arqueológica ou achado ocasional (Raposo, Martins e Correia, 2000, p. 55).

O preenchimento da localização tem que ser feito de forma rigorosa, para não haver espaço para erros; aqui atribui-se a cada peça ou a um conjunto de peças uma cota de arrumação. É também aqui que se anota cedências temporárias, deslocalização para o laboratório de conservação ou para análises, ou depósitos em outras instituições. Todo este percurso ajuda na gestão do acervo (Raposo, Martins e Correia, 2000, pp. 59-60).

Na ficha de inventário é importante reter o registo visual, ou seja, o registo de imagem, que tem como fim identificar o objecto e relacioná-lo à sua localização. Esta imagem deve fazer referência ao número de inventário e à data também referida na ficha de inventário, de modo a associar à base de dados da origem fotográfica. No caso de ausência de fotografia, deve incorporar-se o seu desenho (Raposo, Martins e Correia, 2000, p.61).

No inventário deve haver um campo para referenciar as exposições em que a peça esteve presente. Estas devem estar identificadas com a sua data e título. Neste seguimento, para além da bibliografia, deve-se incluir fontes, relatórios de escavação ou documentos que fizeram acompanhar o depósito da peça (Raposo; Martins; Correia, 2000, p. 63).

### **2.3.1 Inventário da colecção do Monte dos Castelinhos e da Quinta da Marquesa I e II**

Em primeira instância foi inventariada a colecção do sítio arqueológico do Monte dos Castelinhos devido à urgência de publicação por parte dos arqueólogos municipais.

Procedeu-se à separação dos materiais por sondagens e, posteriormente, por U.E. Em seguida, efectuou-se uma divisão por tipologia material e formal. Neste inventário foram discriminados o número de inventário; o número de contentor; a localização; a U.E.; o tipo de material; a parte das peças (bordos, asas, fundos ou bojos); e as observações. Dada significativa quantidade de material, tratando-se na grande maioria de fragmentos de ânfora e de cerâmica comum, procedeu-se a um inventário por sacos, uma vez que a sua inventariação individual seria excessivamente demorado. Na realização de

uma inventariação por sacos, não se procede à marcação directa individual de cada fragmento, sendo atribuído um único número de inventário, colocado em etiqueta, a um conjunto de fragmentos que provêm da mesma U.E. e têm as mesmas características tipológicas e formais.

Para além das tipologias de ânforas e de cerâmica comum, foi inventariada cerâmica cinzenta, fauna mamalógica e malacológica, cerâmica de construção e barro cozido. Esta colecção tem neste momento 84 contentores, tratando-se da maior colecção actual.

De seguida foi inventariada a colecção da Quinta da Marquesa I e II, com o mesmo critério que a colecção anterior, contando com a maioria de fragmentos de cerâmica comum, cerâmica de construção, mas também cerâmica cinzenta e cerâmica a torno. Estes materiais provêm de prospecções no local. Neste momento conta com 4 contentores.

### **2.3.2. Inventário das colecções osteológicas**

O espólio osteológico também foi separado do material cerâmico e foi acomodado na área previamente definida, por uma questão de espaço e coerência, não só na arrumação, como também por uma questão de fácil localização. Este espólio foi inventariado por enterramento, ossário ou por ossos dispersos. Na sua maioria, estas colecções já estudadas e inventariadas, sendo que as intervenções arqueológicas aqui aplicadas foram anteriores à entrada dos presentes arqueólogos municipais e foram escavadas por empresas ou técnicos não pertencentes ao município. Aplicando-se neste caso apenas a referência da sua localização e em que contentor se encontram.

Do espólio osteológico da reserva do CEAX fazem parte as colecções: do Centro de Saúde de Alhandra, inventariada por sepulturas e com 41 contentores; da Ermida do Senhor da Boa Morte, acomodada e inventariada por enterramentos e ossários, com 33 contentores; da Escola Velha de Povos, a única que não foi estudada e dela fazem parte agrupamentos de ossos sem conexão e fauna, tendo sido triada e inventariada através da informação que havia sobre esses grupos de ossos, contando com 8 contentores; e por fim, a colecção de São João dos Montes, escavada e inventariada pela empresa Crivarque, aplicando o supracitado de inventariação, estando inventariada por ossários e sepulturas e contando com 6 contentores.

### **2.3.3. Inventário das colecções do centro de Vila Franca de Xira**

A decisão de agrupar as colecções do centro de Vila Franca de Xira foi tomada pelos arqueólogos municipais, por uma questão de localização e organização espacial. Estas colecções foram inventariadas saco a saco, devido ao grande volume de materiais arqueológicos e essa separação foi feita por U.E. e por tipologia. Estas colecções demarcam-se por serem homogéneas e por serem na sua maioria compostas por matérias cerâmicas, como a cerâmica fosca e vidrada, cerâmica de construção, faiança e porcelana.

Deste conjunto de colecções demarca-se a colecção da Rua Serpa Pinto Nº 65, resultante de uma intervenção arqueológica realizada pela empresa Crivarque. O seu inventário e triagem de material, depositado na reserva do CEAX já separado e acomodado com as respectivas fichas de inventário e em sacos de plástico. Para além desta informação, foram contabilizados os fragmentos e separados por Quadrado e U.E.

Também se destaca a colecção do Vale da Ribeira de Santa Sofia por ser uma colecção composta por cerâmica manual e cerâmica a torno, barro de cabana, percutores e hastes de cachimbo de caulino. Esta colecção foi inventariada por tipologia, seguindo o Sector, Quadrado, Sondagem e U.E..

Deste conjunto de colecções fazem parte: a colecção da Ermida do Mártir Santo composta por 17 contentores; a colecção da Rua Serpa Pinto Nº 65 com 21 contentores; Vale da Ribeira de Santa Sofia com 5 contentores; a colecção do Museu do Neo-Realismo inventariada por Quadrado e U.E. com 15 contentores; Edifício Alves Redol com 1 contentor; Rua Luís de Camões com 2 contentores; Travessa do Mercado, Rua Comendador Miguel Esguelha nº 41-49 e Rua José Dias da Silva nº 9-11, com 1 contentor cada colecção; e por último a colecção do Ateneu Artístico Vilafranquense, inventariada por Sondagem, Ambiente e U.E. com 5 contentores.

### **2.3.4. Inventário das colecções do município de Vila Franca de Xira**

As colecções das restantes freguesias do município de Vila Franca de Xira ocupam metade do espaço da sala 2 e são, na sua maioria, colecções já estudadas e com pré inventariação. Tendo a mesma problemática das colecções anteriores, para realizar um inventário mais pró-activo, foi decidido inventariar-se saco a saco, devido ao grande

volume de materiais que estavam depositados na reserva do CEAX, com o cuidado de haver a separação por tipologia.

Sobre estas colecções não podemos afirmar, como anteriormente foi referido, que são homogéneas. Verifica-se uma grande variação temporal e o tipo de materiais arqueológicos, desde a Idade do Bronze até à Idade Moderna (figura 22).

Estas colecções incluem: a Quinta de Sub-Serra, inventariada, composta por fragmentos de martabã, com 3 contentores; a Quinta do Bulhaco, composta por fragmentos de cerâmica comum e cerâmica de construção da Idade do Ferro, Romano e Medieval, com 1 contentor; o Bairro da Gulbenkian, também ele inventariado saco a saco, com 3 contentores com fragmentos de cerâmica comum da Idade do Ferro e Romano Republicano; a colecção da Adanaia, maioritariamente composta por cerâmica manual e cerâmica a torno da Idade do Ferro e Romano Republicano, com 2 contentores.

No mesmo seguimento: a colecção do Morgado contém material de cerâmica comum, cerâmica de construção, fragmentos de mármore, ânfora Dressel 20, *dolium*, peso de tear e *terra sigillata*, com 7 contentores. O Forte da Casa é composto por cerâmica comum e cerâmica de construção do Calcolítico e Romano, com 1 contentor. A colecção do Casal do Pego mostrou-se diversa, com material desde a Idade do Bronze até ao Romano, com fragmentos de cerâmica manual e cerâmica a torno, afiadores, barro de cabana, *terra sigillata* africana e fragmentos de mármore, com 1 contentor. Já a Casa Mortuária de Alhandra é composta por fragmentos de cerâmica comum, azulejo, ferro, vidro e estuque e conta com 2 contentores.

A colecção do Forno da Quinta da Granja conta de cerâmica comum, cerâmica de construção, telha, fragmentos de ânfora Dressel 14 e Lusitana 3, lucerna e *terra sigillata* hispânica, com 1 contentor. A Quinta da Amendoeira é composta por fragmentos de cerâmica comum, cerâmica manual, barro de cabana e sílex e conta com 4 contentores. A Quinta de Santo António de Bolonha contém cerâmica comum, cerâmica vidrada e cerâmica de construção, desde o Romano, Islâmico, Medieval e do século XVII e encontra-se em 2 contentores. A colecção do sítio da Quinta da Barradinha conta com fragmentos de cerâmica comum, tijolo de quadrante, mármore, ânforas lusitanas, paredes finas, *terra sigillata*, tesselas e vidro e encontra-se em 8 contentores. A *Villa* Romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo é composta por fragmentos de cerâmica comum, mármore, ânforas, e amostras sedimentares e conta com 9 contentores.

O inventário continuou sobre as colecções arqueológicas das restantes freguesias do município de Vila Franca de Xira, ocupando já outra parede da mesma reserva. Começou-se por inventariar a colecção do Depósito Votivo da Moita da Ladra, na sua maioria peças de cerâmica manual já acondicionadas aquando do inventário, com 7 contentores. A seguir foi alvo de inventário a colecção do MARL, com fragmentos e peças completas de alcatruzes, cerâmica comum, cerâmica esmaltada, cerâmica de construção, ânfora, amostra sedimentar e moeda, ocupando 5 contentores. A colecção do Porto do Sabugueiro, embora não seja de grandes dimensões, conta com uma variada colecção de peças e fragmentos, registando material romano desde cerâmica comum, *dolium*, estuques pintados, moeda, grandes pratos com colagem, pesos de rede, lucernas, panelas, cerâmica campaniense e líticos, fragmentos de ânfora Republicana, Dressel 1, Dressel 14, Almagro 21, Almagro 51, Ovóide Lusitana, Bética Costeira e Manã C2, ocupando 13 contentores.

Deu-se seguimento ao inventário de Chões de Alpompé que conta com 1 contentor e com fragmentos de pequenos e grandes recipientes de cerâmica comum e cerâmica vidrada. A seguir inventariou-se a colecção de Vale de Tijolos, composta por cerâmica manual e cerâmica a torno, *terra sigillata* decorada, *terra sigillata* clara e *terra sigillata* africana, fragmentos de ânfora Gaulesa 4, Dressel 17 ou Halt 17, contando com 5 contentores. A colecção de Alto dos Cacos registou fragmentos de cerâmica manual, cerâmica cinzenta, pesos de tear, fragmentos de ânfora romana republicana, Ovóide 4, Ovóide 1, Dressel 7/11, Bética Oriental e Oberaden 83, ocupando 4 contentores. A colecção do Alto do Castelo conta com fragmentos de cerâmica comum, cerâmica manual, *terra sigillata*, e líticos, ocupando 3 contentores. A colecção da *villa* do Aposento conta com 1 contentor e com fragmentos de cerâmica comum romana, argamassa e tesselas. Por último, a Eira de Alorna também é composta por 1 contentor e por fragmentos de cerâmica comum, ânfora e *terra sigillata*.

Destas vastas colecções do município de Vila Franca de Xira que fazem parte da reserva arqueológica do CEAX, podem destacar-se quatro colecções, pela sua dimensão, variedade de materiais ou por se tornarem casos isolados, pelo que o seu tratamento foi diferente.

Demarca-se a colecção das prospecções arqueológicas. Por uma questão de coerência visual, juntou-se todos os sítios que foram objecto de prospecções arqueológicas. Estes foram inventariados por sítio, saco a saco e fotografados. Contudo

juntou-se material de vários sítios dentro do mesmo contentor, por uma questão de aproveitamento de espaço. Cada saco foi devidamente identificado com a sua proveniência e ano, bem como os dados foram correctamente inseridos nas fichas de inventário. Os sítios foram alvo de prospecção arqueológica entre os anos 2007 e 2015 e contam com colecções vastíssimas, desde a Idade do Ferro à Idade Moderna, ocupando 6 contentores.

A colecção dos Areeiros Rio Tejo, distingue-se por terem sido recolhidas pontuais entre os anos 2008 e 2013 e pelos variadíssimos materiais. São estes sílex, ânforas Lusitanas, de Guadalquivir, Béticas Costeiras, Itálicas, pesos de rede, pesos de tear romanos, cerâmica comum islâmica, medieval, moderna e contemporânea, totalizam 22 contentores.

A colecção do Senhor da Boa Morte é extensa, o seu material vai desde a Idade do Ferro até ao período Moderno e é composta por fragmentos de cerâmica comum, cerâmica de construção, faiança, ferro e moldes de sino e encontra-se em 28 contentores.

A colecção da Escola Velha de Povos também é expressiva, com 77 contentores e já contava com um pré-inventário. Esta ocupa quase a totalidade da parede e conta maioritariamente com fragmentos de cerâmica de construção e cerâmica comum, que ocupam mais de metade dos contentores, sendo o restante material, fauna mamalógica, fragmentos de paredes finas, vidro, lucerna, ânforas, *terra sigillata*, cerâmica esmaltada, faiança e as amostras de terra.

### **3. Outras tarefas realizadas**

#### **3.1. Lavagem e acondicionamento de material**

A primeira tarefa desempenhada em estágio decorreu em gabinete, onde foi inicialmente explicado todo o processo de trabalho relativo ao tratamento dos materiais e de armazenamento temporário até ao envio para as respectivas entidades responsáveis pelo seu depósito. Todos estes procedimentos constituem o momento que antecede o tratamento dos conjuntos para inventário e estudo.

Uma das tarefas realizadas foi a lavagem de materiais arqueológicos cerâmicos com água corrente, utilizando escovas de tamanhos e materiais diversos, provenientes do sítio arqueológico do Monte dos Castelinhos. Nos espólios metálicos, incluindo os

numismas, foram usados processos de limpeza por escovagem, sendo acondicionados em espaços de temperaturas reguladas, onde também se guardam amostras sedimentares e outros vestígios que impliquem cuidados especiais de reserva.

Procedeu-se à separação de materiais já lavados e secos por áreas de escavação, respectivas U.E., tipologia material e forma, ao seu armazenamento em sacos de plástico transparente com respectivas etiquetas de identificação. Sempre que foram detectados fragmentos pertencentes a um mesmo artefacto procedeu-se à sua colocação num saco individual, devidamente identificado, com indicação nas observações da ficha descritiva da existência de mais de uma porção correspondente a uma mesma peça. Foi também realizada a separação em contentores de espólios por sondagem e U.E. das intervenções executadas.

Foi igualmente realizado o armazenamento e etiquetagem em novos contentores dos materiais arqueológicos e dos espólios osteológicos humanos provenientes das intervenções arqueológicas.

### **3.2. Desenho arqueológico e registo fotográfico**

Também no âmbito do estágio, tive formação prática de desenho arqueológico com a Dr.<sup>a</sup> Inês Conde, na reserva do CEAX. Esta formação durou três dias e foram desenhados alguns materiais arqueológicos, provenientes do sítio arqueológico do Monte dos Castelinhos, tais como bordos e fundos de cerâmica comum e bordos, fundos e asas de ânforas.

O registo fotográfico focou-se nos materiais arqueológicos originários das prospecções realizadas ao longo dos anos, provenientes de vários sítios arqueológicos.

### **3.3. Visitas de campo**

No âmbito do estágio foram realizadas visitas de campo a diversos sítios arqueológicos, para melhor enquadramento, nomeadamente os locais que foram alvo de campanhas arqueológicas ou de prospecções. Estes sítios foram: o Monte dos Castelinhos, a Ermida do Senhor da Boa Morte, a Igreja de São Romão, o Centro

Histórico de Alhandra, o Núcleo Museológico de Alverca, o Centro Histórico de Alverca, o Núcleo do Rio da Póvoa, o Reduto Defensivo nº 114 de Alhandra, o sítio do Casal do Pego, a Quinta do Bulhaco, o Vale da Ribeira de Santa Sofia, São João dos Montes, Centro de Saúde de Alhandra (antiga Igreja de São Francisco), a Quinta da Sub-Serra, Adanaia, Forte da Casa, Forte nº 42 da Portela, Forte nº 41 da Portela Grande e nº 40 da Agueira (fortes defensivos das linhas de Torres), o sítio arqueológico do Morgado, Alpriate, Quinta da Amendoeira, as estações arqueológicas do Vale do Tejo, Porto do Sabugueiro, Vale da Fonte da Moça 1, sítio arqueológico romano da Azeitada, Vale de Tijolos, Eira de Alorna, sitio neolítico dos Cortiços e a Quinta da Piedade.

### **3.4. Visitas a reservas arqueológicas**

Foram também proporcionadas visitas a várias reservas. Estas visitas foram agendadas pela equipa de investigadores do CEAX e tiveram como objectivo, ver várias realidades de reservas, tendo em conta o tema do presente relatório. Destas vistas, podemos ressaltar que todas estavam inseridas em meios autárquicos. Era de notar a grande distinção de acomodações, embora todas as reservas fossem adaptadas de edifícios com anteriores projectos. Vemos que as problemáticas que rondam as reservas arqueológicas municipais, ainda têm que ser debatidas, de modo a seja alcançado o seu objectivo final, que é a conservação preventiva do património e espólio arqueológico.

As visitas foram, no centro de Lisboa, à reserva arqueológica do Museu Nacional de Arqueologia, à reserva do Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL) e ao depósito do CAL situado no Bairro do Rego.

Em Vila Franca de Xira foram visitadas as restantes reservas municipais localizadas no Núcleo Museológico de Alverca, no Museu do Neo-Realismo de Vila Franca de Xira e no Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

Foi realizada uma visita à reserva arqueológica da Câmara Municipal de Santarém. Também me deslocuei á Sociedade de Geografia de Lisboa para o fórum de discussão sobre reservas e depósitos.

### **3.5. Escavação no sítio arqueológico do Monte dos Castelinhos**

De modo a completar as 800 horas requeridas para o término do estágio, foram realizadas duas semanas de trabalho de escavação no sítio do Monte dos Castelinhos, inserido no programa MOCRATE. O Monte dos Castelinhos eleva-se sobre a Estrada Nacional n.º 1 (EN1), perto da entrada sul do Carregado e é um conjunto urbano de época romana datado do século I a.C., composto por vários edifícios e áreas de circulação, obedecendo a um plano predefinido de cariz ortogonal.

Durante a primeira semana, foi feita uma limpeza da sondagem 4, sendo uma zona muito inclinada com vestígios de cerâmica comum, bojos e bordos de ânfora, cerâmica campaniense e *terra sigillata* itálica. Esta limpeza contou com a retirada do plástico preto que cobria toda a sondagem, por motivos de manutenção local e restauro dos muros da mesma sondagem.

Na segunda semana, focámo-nos na sondagem 8, onde escavámos o ambiente 38. Esta sondagem é marcada por várias fases ocupacionais, com especial incidência em período republicano e augustano. Tem em abundância cerâmica comum, cerâmica de construção, cerâmicas finas (*terra sigillata*, paredes finas, lucernas), ânforas, metais variados, incluindo muita escória, moedas, etc. É rodeada por um muro de contenção de um lado. O ambiente 38 é um pequeno compartimento com planta ortogonal e acompanha o resto do edificado, contudo é desconhecida a função do mesmo. Desse trabalho de escavação, resultou o achado de bordos, fundos e bojos de cerâmica comum romana, ânforas, *terra sigillata*, paredes finas, cerâmica de construção e uma das peças em destaque, um fundo de unguentário.

### **3.6. Os documentos finais**

No final do estágio foi realizado um documento em suporte de papel, com todo o inventário compreendido, resultando num dossier com 469 páginas. Neste documento, pode-se obter uma visão do conjunto de todas as colecções depositadas na reserva do CEAX. Para além disso, é um dossier que serve para o usufruto interno de mesma reserva e para auxílio do estudo e movimento em contexto museológico das mesmas colecções.

O documento na base de dados Microsoft Access, ficou concluído com 4207 fichas de registos de inventário. Este documento serve para funcionamento interno da

reserva e para o registo do aumento das colecções, sendo uma mais valia para a localização das mesmas.

## Conclusão

O envelhecimento dos bens culturais é um processo inevitável. A deterioração dos bens resulta da sua reacção com os factores presentes no meio ambiente. A conservação preventiva tem como fim controlar esses mesmos factores, uma vez que são nas reservas que as colecções passam a maior parte do tempo. É aqui que o papel do edifício assume a sua função principal.

O acervo museológico do Museu Municipal de Vila Franca de Xira está espalhado pelos vários núcleos museológicos. Contudo só o acervo arqueológico se encontra na reserva do CEAX, local que foi reabilitado para o efeito. Embora este edifício não tenha sido projectado para ser uma reserva e as suas condições não serem as ideais, o trabalho realizado para a sua reabilitação como reserva, é relevante. Tendo em conta que este mesmo trabalho foi idealizado pela equipa permanente do CEAX, é de notar o desempenho positivo e crucial que o edifício tem na resposta ao clima, aos desastres naturais e a outras agressões, a começar por esta reserva não estar, em termos do edifício, ligada ao museu.

No artigo 17º da Lei Quadro dos Museus<sup>2</sup> é referida a importância da informatização das colecções. A existência de um documento que suporte todas as informações sobre as suas colecções de arqueologia, bem como de todos os objectos envolventes, trará claros benefícios aos museus, mas também a todos os profissionais da área de arqueologia. Ao contrário do problema recorrente de criação de bases de dados sem norma que resultam, maioritariamente, em amontoados de informação.

Esta tarefa pode levar muito tempo e o museu tem de ser realista sobre a dimensão do trabalho e sobre o que é realizável com os recursos disponíveis. Pode ser mais importante ter registos mais limitados sobre o acervo, do que registar a informação em cada campo. Neste caso é aconselhável realizar um projecto-piloto para testar a melhor metodologia.

O interesse fundamental deste relatório, foi de conhecimento sobre esta matéria, considerando que museus com boas exposições e más reservas não alcançam o objectivo da conservação preventiva e da gestão patrimonial.

---

<sup>2</sup> Lei Quadro dos Museus – Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto de 2004

Este trabalho poderá ser um instrumento de uma futura reflexão, não só para o Museu Municipal de Vila Franca de Xira, mas também para outras instituições museológicas com os mesmos problemas. É acima de tudo um trabalho de alerta, mostrando que não é qualquer um edifício que serve para o propósito final de reserva. É um projecto que requer interdisciplinaridade e requer o total conhecimento das colecções que detém.

Uma construção nova, projectada de raiz para ser uma reserva, permitiria uma maior flexibilidade. Contudo, como é demonstrado ao longo deste trabalho e tendo uma noção do panorama económico municipal, essa mesma construção seria um plano para o futuro. Reavaliar as ameaças e melhorar os aspectos negativos da reserva já existente e, porventura, um alargamento do espaço em questão, seria sim, um plano executável

Este estágio contribuiu para a aquisição de novos conhecimentos complementares para a licenciatura em Arqueologia, sendo que a interdisciplinaridade foi fundamental para o avanço do conhecimento nesta área. Foi um enriquecimento constante, não só do ponto de vista académico, mas também a nível profissional em que muitos conhecimentos foram postos em prática. É de notar que o objectivo principal deste estágio foi cumprido. Toda a sala 2 da reserva de CEAX foi inventariada, tendo tido a vantagem de aperfeiçoar o desenho arqueológico, feito saídas de campo resultantes de prospecções, visitas aos locais que sofrerem intervenções arqueológicas do município e visitas a várias reservas arqueológicas em Vila Franca de Xira, Centro de Lisboa e Santarém.

Todo este processo de aprendizagem, só foi possível porque a equipa permanente da reserva arqueológica do CEAX dispõe-se a trabalhar em conjunto e dar a conhecer todo o panorama municipal real que carrega uma reserva arqueológica municipal.

## Bibliografia

- Almeida, M. (2008-2009) – Coleções de Arqueologia em Autarquias: Reflexão a partir de um inquérito promovido pela APA. *Ciências e Técnicas do Património*, **VII-VIII**: 53-74.
- Amaral, J. (2011). *Gestão de acervos: proposta de abordagem para a organização de reservas*. Tese de mestrado em Museologia – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. p. 89.
- Camacho, C. (2007). Museus Autárquicos como Gestores do Património Cultural. *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, pp.19-25.
- CORREIA, V.; MARTINS, A.; RAPOSO, L. (2000) - *Normas de Inventário: normas gerais – arqueologia*. In Museu Nacional de Arqueologia, Museu Monográfico de Conímbriga, Direcção de Serviços de Inventário/Instituto Português de Museus (coord.), Normas de Inventário. Lisboa: Instituto Português dos Museus.
- Cruz, M.; Correia, V. (2007). *Normas Gerais de Inventário de Arqueologia – Cerâmica Utilitária*. In Institutos dos Museus e da conservação (coord.), Normas de Inventário. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação.
- Decreto Lei nº 47/2004 de 19 de Agosto. Diário da República nº 195/2004 - série I-A. Ministério da Cultura. Lisboa.
- Fabião, C.; Pereira, T. R.; Pimenta, J. (2015). Coleção de metais do sítio arqueológico dos Chões de Alpompe – Santarém. *CIRA Arqueologia*. **4**: 110-150.
- Ladkin, N. (2004). Gestão de Acervo. Em: J. B. Patrick (eds.), *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, Franly S.A. 2004, pp. 17-32.
- Lewis, G. (2004). O Papel dos Museus e o Código de Ética Profissional. Em: J. B. Patrick (eds.), *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, Franly S.A. 2004, pp. 1-16.
- Marques, T. (2007). Inventariação e digitalização do Património. Os sistemas de informação e o Património Cultural. *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, pp.95-102.

Matos, A.; Morgado, L. (2007). Metodologias de inventariação e digitalização das colecções do Museu de Vila Franca de Xira. *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, pp.67-72.

Matos, A. (2007). *Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas. Contribuição para a certificação de museus*. Tese de Mestrado em Património – Faculdade de Letra da Universidade do Porto. Porto. 192 pp.

Mendes, H.; Pimenta, J. (2007). O Povoado do Bronze Final e Idade do Ferro do Vale de Santa Sofia, em Vila Franca de Xira. *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, pp.145-151.

Mendes, H.; Pimenta, J. (2007). A escavação de um troço de estrada romana Olisipo-Scallabis, em Vila Franca de Xira. *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, pp.163-169.

Michalski, S. (2004). *Conservação e Preservação do Acervo*. Em: J. B. Patrick (eds.), *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, Franly S.A. 2004, pp. 55-98.

Monteiro, M.; Batalha, L.; Cardoso, G. (2007). A *Villa* Romana da Sub-Serra da Castanheira do Ribatejo. *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, pp.153-161.

Monteiro, M.; Pereira, A. (2013). Um depósito votivo da Idade do Bronze de Moita da Ladra (Vila Franca de Xira): síntese dos trabalhos realizados e resultados preliminares. *CIRA Arqueologia*. **2**: 63-94.

Nabais, A. (1993). Museus e Arqueologia. *Al-Madan*. **2**:72-75.

Nunes, G. (2007). Gestão e Divulgação de Bens Patrimoniais no contexto de um museu local: o projecto “Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Património móvel e imóvel. *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, pp.57-65.

Nunes, G. (2007) – O projecto “Conhecer o Património de Vila Franca de Xira”. *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira. Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, pp.11-15.

Parreira, R. (1985). Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira: Notícia da parcela 403-8. *Boletim Cultural*, **1**: 107-120.

- Parreira, R. (1986). Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira: Notícia da parcela 404-1. *Boletim Cultural*, **2**: 73-81.
- Parreira, R. (1987/8). Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira: Notícia da parcela 390-6. *Boletim Cultural*, **3**: 95-105.
- Parreira, R. (1990). Inventário do Património Arqueológico e Construído do Concelho de Vila Franca de Xira: Notícia da parcela 390-2. *Boletim Cultural*, **4**: 77-91.
- Pereira, I. (1999). Museus com Coleções de Arqueologia: Conceitos e Programas. *O Arqueólogo Português*, **17**: 29-40.
- Pereira, M. (2015). *Um projecto para novas reservas do Museu Municipal de Tavira*. Tese de Mestrado em Museologia - Universidade Aberta, Lisboa. 171 pp.
- Pimenta, J.; Mendes, H. (2013). 1ª Campanha de escavação arqueológica no povoado pré-romano de Porto di Sabugueiro Muge – Salvaterra de Magos. *CIRA Arqueologia*, **2**: 195-219.
- Pimenta, J.; Mendes, H. (2014). O Acampamento militar romano do Alto dos Cacos - Almeirim. *CIRA Arqueologia*, **3**: 256-292.
- Pimenta, J. (Coord.) (2015). *O Sítio Arqueológico do Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira – em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira. Lisboa.
- Pimenta, J. (2016). Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira. Apresentação de um novo equipamento cultural. *Al-Madan*, **2**: 231-232.
- Pimenta, J.; Mendes, H. (2016). *Carta Arqueológica de Vila Franca de Xira*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira. Lisboa.
- Raposo, J. (1993). Museus com Coleções de Arqueologia. *Al-Madan*, **2**: 61-71.
- Raposo, L. (1999). Museus de Arqueologia e Sítios Musealizados – Identidades e Diferenças. *O Arqueólogo Português*, **17**: 51-72.
- Raposo, R. (2017). *Castelo de Alenquer: ensaio sobre a colecção Hipólito Cabaço*. Tese de Mestrado em Arqueologia – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 259 pp

- Roberts, A. (2004). Inventário e Documentação. Em: J. B. Patrick (eds.), *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, Franly S.A. 2004, p. 33-54.
- Sabrosa, A.; Henriques, F.; Carvalho, E.; Germano, A. (2012). Os Fornos Romanos da Quinta da Granja (Cachoeiras, Vila Franca de Xira) e Quinta de Santo António (Carregado, Alenquer). *CIRA Arqueologia*, **1**: 148-157.
- Silva, A. (1999). Museus com Coleções de Arqueologia: Programas Expositivos. *O Arqueólogo Português*, **17**: 423-427.
- Silva, A.; Boaventura, R.; Pimenta, J.; Detry, C.; Cardoso, J. (2014). Perscrutando espólios antigos: a gruta da Pedra Furada, Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, **21**: 159-182.
- Soares, A.; Araújo, M.; Valério, P.; Pimenta, J. (2015). Composição elementar de artefactos metálicos de Vale de Tijolos e da Eira de Alorna (Almeirim): A metalurgia do Bronze Final no território nacional. *CIRA Arqueologia*, **4**: 11-18.
- Sousa, F. (1999). *Introdução ao Desenho Arqueológico*. Câmara Municipal de Almada. Museu Municipal, Núcleo de Arqueologia e História.
- Zbyszewski, G.; Ferreira, O. V.; Leitão, M.; North, C. T.; Norton, J. (1981) – *As jóias auríferas da gruta pré-histórica de Verdelha dos Ruivos (Vialonga – Portugal)*. Zephyrus. Salamanca, pp. 113-119.

## Anexos

### Calendário de Estágio

Data de início: 2 de Outubro

Data de término: 25 de Maio

Total de horas de estágio: 800 horas

Horas de trabalho diárias: 8 horas

<b>Data:</b>	<b>Actividade:</b>
2 de Outubro de 2017	Marcação de peças e desenho de material arqueológico do sítio do Monde dos Castelinhos, auxiliado pela Dr. <sup>a</sup> Inês Conde
3 de Outubro de 2017	Desenho de material arqueológico do sítio do Monte dos Castelinhos, auxiliado pela Dr. <sup>a</sup> Inês Conde
4 de Outubro de 2017	Visita Guiada pelos Núcleos Museológicos do Município de VFX realizada pelo Dr. João Pimenta.
6 de Outubro de 2017	Inventário dos materiais arqueológicos do sítio do Monte dos Castelinhos.
9 de Outubro de 2017	Inventário dos materiais arqueológicos do sítio do Monte dos Castelinhos.
10 de Outubro de 2017	Inventário dos materiais arqueológicos do sítio do Monte dos Castelinhos.
11 de Outubro de 2017	Deslocação à Sociedade de Geografia de Lisboa para o Congresso: “Património arqueológico ou lixo?”
12 a 26 de Outubro de 2017	Inventário dos materiais arqueológicos do sítio do Monte dos Castelinhos.
23 de Outubro de 2017	Deslocação ao sítio arqueológico do Monte dos Castelinhos para tapar as estruturas anteriormente escavadas.
27 de Outubro de 2017	Inventário dos materiais arqueológicos do sítio do Monte dos Castelinhos e da Quinta da Marquesa I
30 de Outubro de 2017	Inventário dos materiais arqueológicos do sítio da Quinta da Marquesa II e a sua respectiva lavagem.

31 de Outubro de 2017	Inventário dos materiais arqueológicos do sítio da Quinta da Marquesa II e a sua respectiva lavagem.
2 a 7 de Novembro de 2017	Lavagem dos materiais arqueológicos do sítio do Monte dos Castelinhos.
8 de Novembro de 2017	Inventário da colecção osteológica do sítio do Senhor da Boa Morte.
9 de Novembro de 2017	Inventário da colecção osteológica do sítio de São João dos Montes.
10 de Novembro de 2017	Inventário da colecção osteológica do sítio da Escola Velha de Povos.
13 a 16 de Novembro de 2017	Inventário da colecção arqueológica do sítio do Mártir Santo.
17 de Novembro a 5 de Dezembro de 2017	Inventário da colecção arqueológica da Rua Serpa Pinto N° 65.
6 de Dezembro de 2017	Conferência no Núcleo Museológico de Alverca do Ribatejo sobre o sítio arqueológico do Monte dos Castelinhos.
7 de Dezembro de 2017	Realização do documento em Microsoft Word para a impressão do inventário em papel.
11 a 13 de Dezembro de 2017	Inventário da colecção arqueológica do Vale da Ribeira de Santa Sofia.
14 a 20 Dezembro de 2017	Inventário da colecção arqueológica do Museu do Neo-Realismo.
21 e 22 de Dezembro de 2017	Realização do documento em Microsoft Word para a impressão do inventário em papel.
3 e 5 de Janeiro de 2018	Inventário da colecção arqueológica do Ateneu Artístico Vilafranquense.
5 de Janeiro de 2018	Deslocação à reserva arqueológica do CAL para uma visita às instalações.
8 e 9 de Janeiro de 2018	Mudança/substituição de contentores.
10 e 11 de Janeiro de 2018	Inventário da colecção arqueológica da Adanaia.
12 a 18 de Janeiro de 2018	Inventário das colecções arqueológicas do Morgado, Casal do Pego e Forte da Casa.
19 de Janeiro de 2018	Deslocação à reserva arqueológica do CAL em Belém para uma visita às instalações.
22 e 23 de Janeiro de 2018	Inventário da colecção arqueológica do Senhor da Boa Morte

24 de Janeiro de 2018	Inventário da colecção arqueológica da Barradinha
25 a 31 de Janeiro de 2018	Inventário da colecção arqueológica da <i>Villa Romana</i> da Sub Serra de Castanheira do Ribatejo.
1 e 2 de Fevereiro de 2018	Deslocação a vários sítios arqueológicos que foram alvo de intervenção arqueológica no Município de VFX.
5 a 9 de Fevereiro de 2018	Inventário da colecção arqueológica dos vários sítios que foram alvo de prospecção.
12 a 16 de Fevereiro de 2018	Dias de férias.
19 de Fevereiro de 2018	Inventário da colecção arqueológico do Depósito Votivo da Moita da Ladra.
20 a 22 de Fevereiro de 2018	Inventário da colecção arqueológico da Escola Velha de Povos.
23 de Fevereiro de 2018	Inventário das colecções arqueológicas do MARL, Porto do Sabugueir e Vale de Tijolos.
26 de Fevereiro	Inventário das colecções arqueológicas do Alto do Castelo e Alto dos Cacos.
27 de Fevereiro	Inventário das colecções arqueológicas de Chões de Alpompé, Eira de Alorna e Vila do Aposento.
28 de Fevereiro a 1 de Março de 2018	Inventário dos materiais arqueológicos do Monte dos Castelinhos.
2 de Março de 2018	Lavagem de materiais arqueológicos do Monte dos Castelinhos (proveniente das prospecções do próprio ano).
14 de Maio de 2018	Levantamento dos materiais que cobriam a sondagem 4 do sítio arqueológico do Monte dos Castelinhos.
15 a 18 de Maio de 2018	Escavação do ambiente 40 da sondagem 8 do sítio arqueológico do Monte dos Castelinhos.
21 a 23 de Maio de 2018	Limpeza da sondagem 4 do sítio arqueológico do Monte dos Castelinhos.
24 e 25 de Maio de 2018	Lavagem dos materiais arqueológicos provenientes da escavação anteriormente realizada ao sítio do Monte dos Castelinhos.



Figura 1 - Segundo corredor de contentores antes da arrumação.



Figura 2 - Segundo corredor de contentores depois da arrumação.



Figura 3 - Contentores com as colecções osteológicas, antes da arrumação.



Figura 4 - Corredor com as colecções osteológicas depois da arrumação.

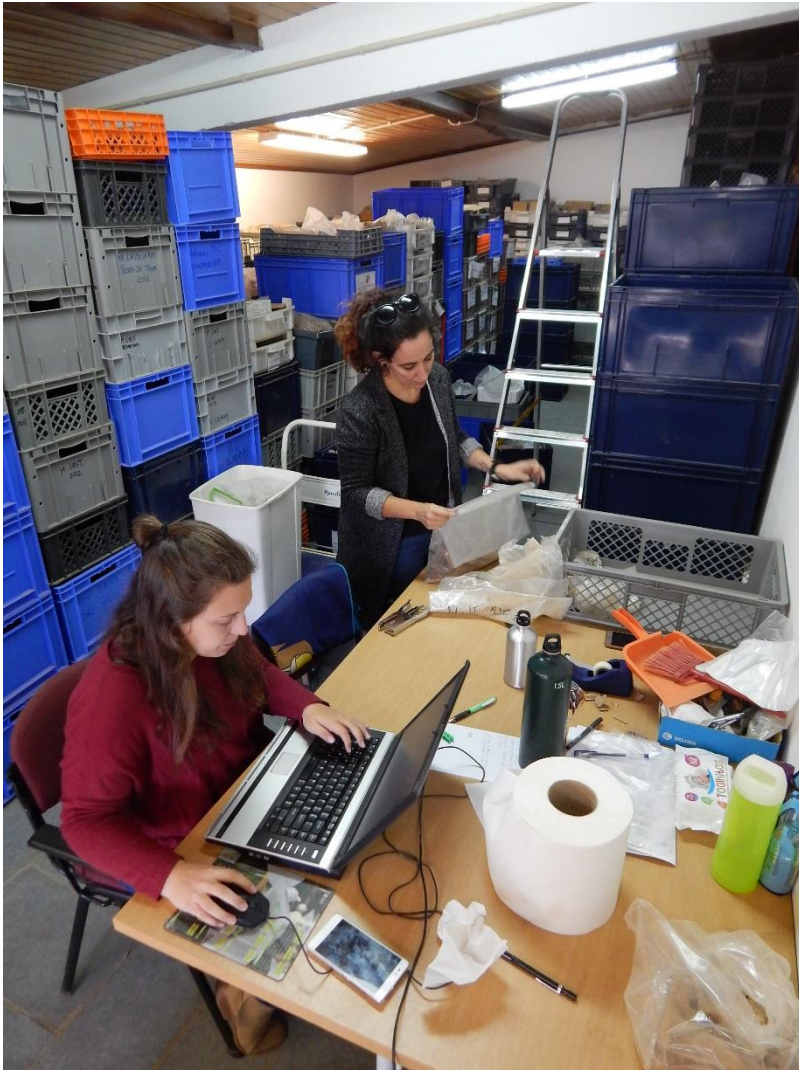


Figura 5 - Introdução de registos na base de dados.



Figura 6 - Organizações das colecções osteológicas.



Figura 7 - Primeiro corredor de contentores antes da arrumação.



Figura 8 - Primeiro corredor de contentores antes da arrumação.



Figura 9 - Primeiro corredor de contentores depois da arrumação.



Figura 10 - Primeiro corredor de contentores depois da



Figura 11 - Sala 2 no fim do estágio.



Figura 12 - Sala 2 no fim do estágio.



Figura 13 - Pormenor da sala 4, aquando da reabilitação do edifício.

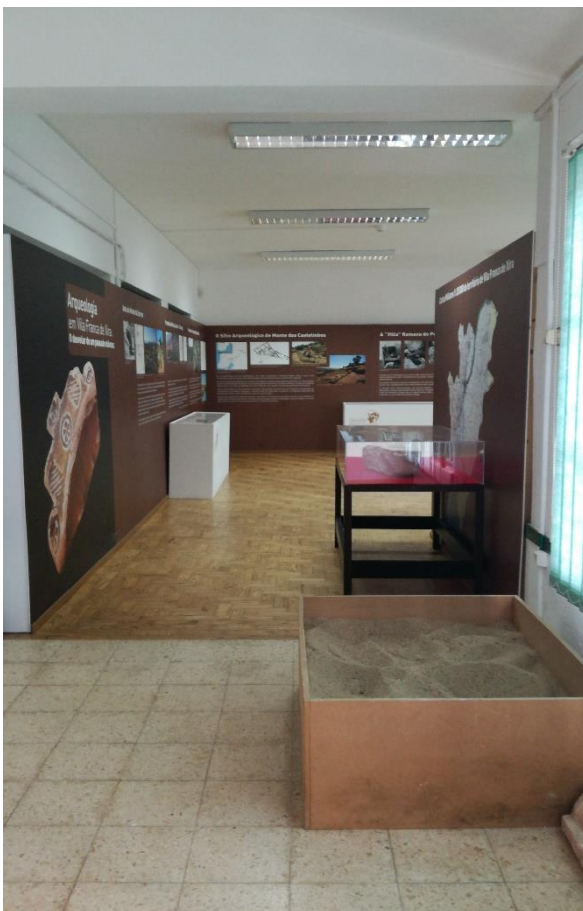


Figura 14 - Pormenor da sala 4, depois da reabilitação do edifício e transformada em sala de exposições.



Figura 15 - Entrada do edifício, antes da reabilitação.



Figura 16 - Entrada do edifício do CEAX, depois da sua reabilitação.



Figura 17 - Pormenor do armário de arrumação dos materiais metálicos na sala 3.



Figura 18 - Sala 1, onde se encontram acomodados os materiais para exposição ou já restaurados.



Figura 19 - Pormenor da porta lateral do edifício do CEAX. Para um melhor acesso à sala 2.



Figura 20 - Edifício do CEAX actualmente.

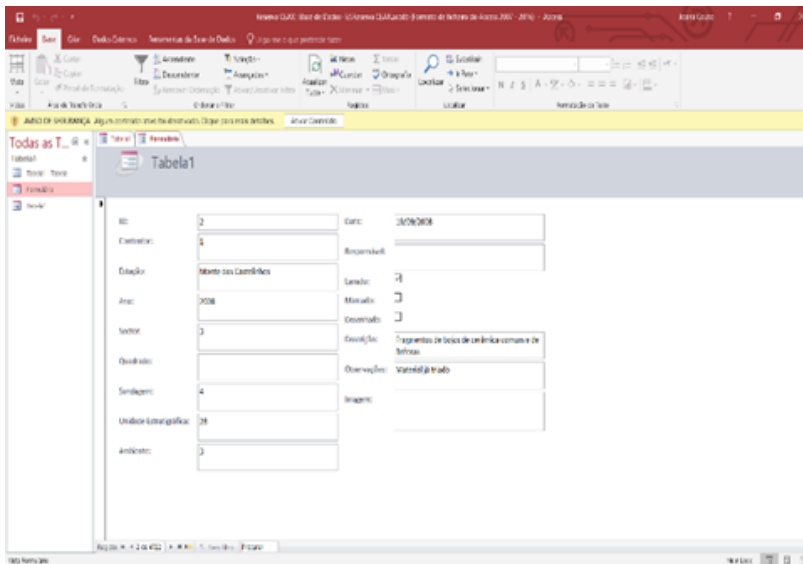


Figura 21 – Ficha de inventário na base de dados Microsoft Access.

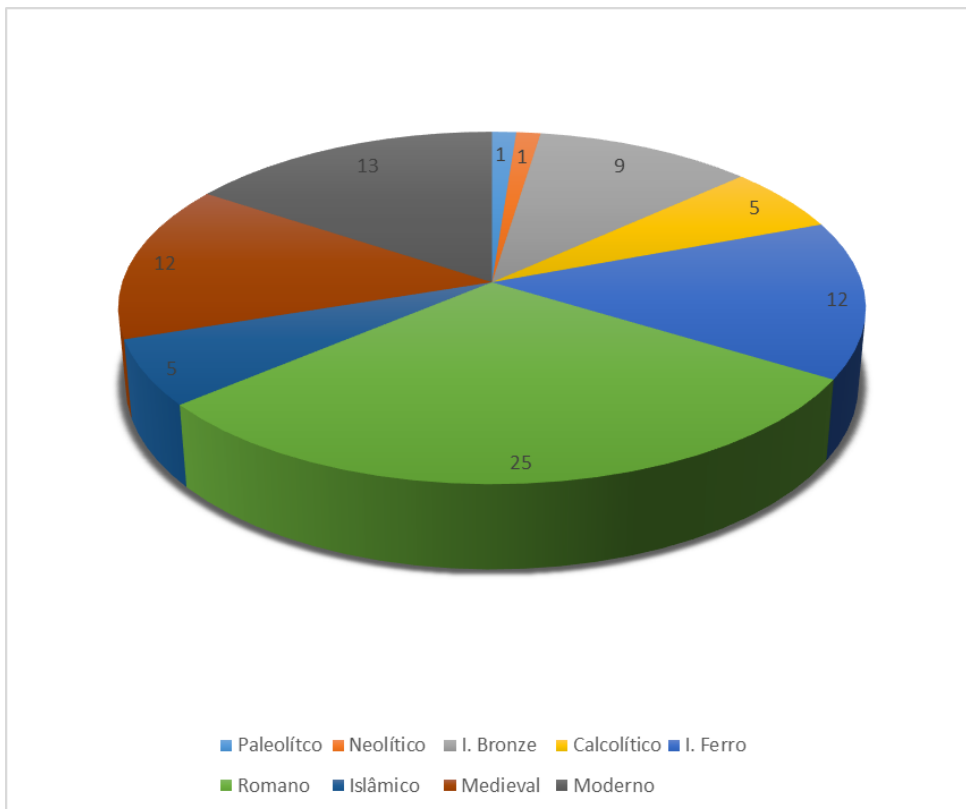


Figura 22 – Número de colecções por cronologia.



Figura 23 - Divisão espacial da reserva arqueológica do CEAX